

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA  
Núcleo de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural-NUDEPHAC

Ofício NUDEPHAC nº 08/2023

Salvador/BA, 20 de janeiro de 2023

**Ref. Seminário Nacional de Direito do Patrimônio Cultural/Ouro Preto/MG**

Senhor Coordenador,

Cumprimentando-o cordialmente, informo a Vossa Excelência que, nos dias 04 e 05 de abril de 2023, ocorrerá o **Seminário Nacional de Direito do Patrimônio Cultural, na Cidade de Ouro Preto/Minas Geras, link anexo**, onde serão discutidos diversos temas inerentes às atividades deste NUDEPHAC, cujos ensinamentos deverão ser replicados aos Nobres Promotores de Justiça da Bahia para sua atuação ministerial voltada à defesa do Patrimônio Cultural do Estado da Bahia, razões por que **solicito que sejam disponibilizados valores aportados no Projeto NUDEPHAC-Patrimônio Histórico e Cultural/PE 7.3.2/Ação 6271 – 2023 para capacitação da equipe NUDEPHAC**, composta de três servidores, Diogo Alves de Vasconcellos – Matrícula nº 353666, Miguel de Santana Soares – Matrícula nº 353440 e Margareth Gonçalves Ribeiro de Jesus – Matrícula nº 352274, além desta coordenadora infrafirmada e do seu assessor jurídico Carlos Santos do Lago Neto – Matrícula nº 354544.

Saliento que durante a estada em Minas Gerais, envidaremos esforços, a fim de contarmos os colegas promotores de Justiça atuantes na área do Patrimônio Cultural do Ministério Público de Minas Gerais visando à assimilação de suas ações concretas ministeriais para apresentação à Administração Superior do Ministério Público Baiano, com o objetivo de que se analise a possibilidade de aplicação de algumas dessas ações do Ministério Público Mineiro, vanguardista na proteção do patrimônio cultural, na atuação ministerial da Bahia diante da riqueza e diversidade do nosso patrimônio cultural, que merece ser protegido e salvaguardado pelos órgãos públicos competentes e a sociedade, à luz do art. 216 da Constituição Federal, Lei de Ação Civil Pública (Lei nº 7.347/1985), Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei nº 8.625/1993) e Lei Orgânica do Ministério Público do Estado da Bahia (Lei Complementar Estadual nº 11/1996).

Exmo. Sr. Dr. Yuri Lopes de Mello  
MD Promotor de Justiça e Coordenador do Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente e Urbanismo – CEAMA  
Nesta

**Núcleo de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural - NUDEPHAC**  
Av. Joana Angélica, nº 1.312 – Prédio principal - 2ª andar – sala 216, Bairro Nazaré, Salvador/BA,  
CEP: 40.050-001, Tel.: (71)3103-6625, E-mail: nudephac@mpba.mp

**As despesas compreenderão: Inscrições no Seminário, passagens aéreas Salvador/Belo Horizonte/Salvador, passagens terrestres Belo Horizonte/Ouro Preto/Belo Horizonte e hospedagem em Ouro Preto/MG.**

**Por fim, informo, ainda, que o evento começará, no dia 04/04, às 08 h e encerrar-se-á, no dia 05/04/2023, às 20h, motivos pelos quais, os deslocamentos deverão compreender o período de 03 e 06/04/2023.**

Por oportuno, renovo votos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

EDUVIRGES RIBEIRO  
TAVARES  
4

Assinado de forma digital por  
EDUVIRGES RIBEIRO  
Dados: 2023.01.20 11:34:39  
-03'00'

Eduvirges Ribeiro Tavares  
Promotora de Justiça  
Coordenadora do NUDEPHAC  
Portaria nº 0751, DJE 09/07/2021

**Núcleo de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural - NUDEPHAC**  
Av. Joana Angélica, nº 1.312 – Prédio principal - 2ª andar – sala 216, Bairro Nazaré, Salvador/BA,  
CEP: 40.050-001, Tel.: (71)3103-6625, E-mail: nudephac@mpba.mp



## RE: NUDEPHC. Of. 8.2023

 Você encaminhou esta mensagem em Seg, 23/01/2023 09:38



Yuri Lopes de Mello 

Para: Ceama

Cc: Marta Conceicao da Paixao Santos Araujo Ribeiro; Larissa Brito Gama; Roberta Silva Cos

Sex, 20/01/2023 16:49

 2

### DESPACHO

Atenda-se as solicitações para despesas com inscrição no evento, passagem áreas e terrestres, bem como diárias e outras necessárias à participação no evento.  
Informe-se no campo adequado do Nudepach no channel considerado que a participação no evento está relacionada com as finalidades institucionais do MP relacionadas à defesa do patrimônio histórico e cultural.

Yuri Mello  
Promotor de Justiça  
Coordenador do CEAMA

---

**De:** Ceama <ceama@mpba.mp.br>

**Enviado:** sexta-feira, 20 de janeiro de 2023 13:38

**Para:** Yuri Lopes de Mello <ymello@mpba.mp.br>

**Cc:** Marta Conceicao da Paixao Santos Araujo Ribeiro <martaaraujo@mpba.mp.br>; Larissa Brito Gama <larissa.gama@mpba.mp.br>; Roberta Silva Costa <roberta.costa@mpba.mp.br>; Margareth Goncalves Ribeiro de Jesus <margareth@mpba.mp.br>

**Assunto:** NUDEPHC. Of. 8.2023

Dr. Yuri, boa tarde!

Encaminho Ofício NUDEPHAC nº 08/2023 bem como link abaixo , para conhecimento e eventuais deliberações.

<https://www.patrimonioculturalbrasil.org/>

Atenciosamente,

Juliana Porto  
Assistente Téc. Adm  
**CEAMA - Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente e Urbanismo**  
Ministério Público do Estado da Bahia  
5ª Avenida do CAB, nº 750, sala 101.  
Tel: (71) 3103-0390/0391

---

**De:** Margareth Goncalves Ribeiro de Jesus <margareth@mpba.mp.br>

**Enviado:** sexta-feira, 20 de janeiro de 2023 12:26

**Para:** Ceama <ceama@mpba.mp.br>

## retificação

Eduvirges Ribeiro Tavares <eduvirges@mpba.mp.br>

Qua, 25/01/2023 16:55

Para: Yuri Lopes de Mello <ymello@mpba.mp.br>

Cc: Marta Conceicao da Paixao Santos Araujo Ribeiro <martaaraujo@mpba.mp.br>

Prezado Coordenador do CEAMA,

Considerando que já me encontro inscrita no Seminário Nacional de Direito do Patrimônio Cultural, retifico o Ofício NUDEPHAC nº 08/2023 tão somente para excluir o pedido de custeio da minha inscrição no referido evento, mantendo-se os demais pedidos de disponibilidade de valores aportados no Projeto NUDEPHAC -Patrimônio Histórico e Cultural/PE 7.3.2/Ação 6271-2023 para as despesas com passagens aéreas, terrestres e diárias.

Atenciosamente,

Eduvirges Ribeiro Tavares  
Promotora de Justiça



## Programação Prévia

- ter, 04/04

### Credenciamento

08:00-09:00

### Cerimônia de Abertura

09:30-10:30

### Painel 1 - Lacunas Jurídicas na Proteção do Patrimônio Cultural Brasileiro

**10:30-12:00**

**Painel 2 - Código Brasileiro de Patrimônio Cultural: Desafios e Possibilidades**

**14:00-15:30**

**Pausa pro cafezim**

**15:30-16:00**

**Painel 3 - O Federalismo Brasileiro e as Possibilidades de Fomento e  
Financiamento do Patrimônio Cultural**

**16:00-17:30**

**Mostra: Vivências no Patrimônio**

**18:00-20:00**

### **Programação Prévia**

- qua, 05/04

**Apresentações Orais**

**09:00-12:00**

**Painel 4 - Patrimônio Cultural: Premissas e Particularidades quanto à  
Responsabilidade Civil e Penal**

**14:00-15:30**

**Painel 5 - Patrimônios Culturais Insurgentes, Emergentes e Novas  
Perspectivas, Abordagens e Instrumentos de Proteção**

**16:00-17:30**

**Pausa pro cafezim**

**17:30-18:00**

**Plenária de Aprovação da Carta Patrimonial e Cerimônia de Encerramento**

**18:00-19:30**

## **Sobre o Evento**

O Seminário Nacional de Direito do Patrimônio Cultural, que acontecerá nos dias 4 e 5 de abril, presencialmente, em Ouro Preto/MG, discutirá a pertinência de uma sistematização ou estruturação orgânica da legislação de proteção e valorização do Patrimônio Cultural no Brasil.

O tema do Seminário Nacional sugere, inclusive, a possibilidade de criação de um Código ou Lei Geral Brasileira de Patrimônio Cultural. Acreditamos que a discussão em torno de uma Lei Geral do Patrimônio Cultural no Brasil é pertinente e precisa ser enfatizada. Essa não é a primeira vez que se levanta esse debate, da mesma forma, temos que ter todo o cuidado para não regredir em nenhuma das conquistas históricas que já temos, especialmente alcançadas pelo Decreto-Lei 25/37.

Nosso pressuposto básico é de valorização das Instituições de Proteção, especialmente, o IPHAN, e de abertura do diálogo, tendo como princípios norteadores o pluralismo, a inclusão, a diversidade, a acessibilidade e a democracia participativa, tal como preconizado pela Constituição da República de 1988.

Formulário para Solicitação de Autorização de Inexigibilidade de Licitação

**Unidade Solicitante:**

Ceama-Nudephac

**Objeto:**

Inscrições de participantes no Seminário: Seminário Nacional de Direito do Patrimônio Cultural, a ser realizado nos dias 04 e 05 de abril de 2023, na cidade de Ouro Preto-MG.

**Finalidade / Objetivo da Contratação:**

Promover a capacitação dos participantes em diversos temas inerentes às atividades do NUDEPHAC, cujos ensinamentos deverão ser replicados aos Promotores de Justiça da Bahia para sua atuação ministerial voltada à defesa do Patrimônio Cultural do Estado da Bahia do Ministério Público do Estado da Bahia.

**Fornecedor Selecionado**

**1 - Fornecedor (Nome/Razão Social):**

FUNDAÇÃO GORCEIX

**1 - Endereço:**

RUA CONDE DE BOADELA 150 / CENTRO / OURO PRETO / MG / 35400-000

**1 - CPF/CNPJ:**

23.063.118/0001-64

**1 - Valor (R\$):**

400,00

**Anexar:**

1 - Certidões - prova de regularidade do fornecedor escolhido, conforme descritas na base de conhecimento.

2 - Minuta do Contrato - Contrato preenchido com as informações orçamentárias (Código da Unidade Gestora, deverá ser verificado na Base de Conhecimento), quando for o caso.

3 - Procedimento Padrão do Contrato (Disponível da Base de Conhecimento).

**Fiscais Do Contrato**

**Fiscal**

**Nome completo:**

Margareth Gonçalves Ribeiro de Jesus

**Matrícula:**

352274

**Suplente**

**Nome completo (suplente):**

Miguel de Santana Soares

**Matrícula (suplente):**

353440

**Responsável pelo preenchimento:**

Marta Conceição da Paixão Santos Araújo Ribeiro

Fundamentação Legal: Art. 60 Incisos I, II e II



Documento assinado eletronicamente por **Marta Conceicao da Paixao S. Araujo Ribeiro** em 31/01/2023, às 16:07, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.

---



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0573791** e o código CRC **7306AF4E**.

---





1. OBJETO		
1.1 DEFINIÇÃO DO OBJETO	Especificação do Objeto	
	Inscrições de participantes no Seminário: “Seminário Nacional de Direito do Patrimônio Cultural”, a ser realizado nos dias 04 e 05 de abril de 2023, na cidade de Ouro Preto-MG.	
1.2 FORMA DE CONTRATAÇÃO	<input checked="" type="checkbox"/> ( X )	A) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS IMEDIATA (PONTUAL/POR ESCOPO)
	<input type="checkbox"/> ( )	B) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARCELADA
	<input type="checkbox"/> ( )	C) OUTROS:
1.3 JUSTIFICATIVA:  <u>NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO</u>	Promover a capacitação dos participantes em diversos temas inerentes às atividades do NUDEPHAC, cujos ensinamentos deverão ser replicados aos Promotores de Justiça da Bahia para sua atuação ministerial voltada à defesa do Patrimônio Cultural do Estado da Bahia do Ministério Público do Estado da Bahia.	
1.4 JUSTIFICATIVA:  <u>DA INVIABILIDADE DE COMPETIÇÃO</u>		
1.5 INDICAÇÃO DE MODELO E/OU	<input type="checkbox"/> ( ) SIM	<input checked="" type="checkbox"/> ( X ) NÃO

MARCA OBRIGATÓRIOS	1.5.1 INDICAÇÃO DO(S) ITEM(NS) E DO MODELO/MARCA - Em caso positivo:	
	1.5.2 JUSTIFICATIVA PARA CADA ITEM - Em caso positivo:	
<b>2. FUNDAMENTO LEGAL</b>		
2.1 INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL EM QUE SE ENQUADRA A HIPÓTESE DE CONTRATAÇÃO	( )	A) Artigo 60, I da Lei Estadual/BA nº 9.433/2005 - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca;
	( X )	B) Artigo 60, II da Lei Estadual/BA nº 9.433/2005 - para a contratação dos serviços técnicos enumerados no art. 23 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;
	( )	C) Artigo 60, caput - quando caracterizada a inviabilidade de competição;
<b>3. REGRAS DE CONTRATAÇÃO</b>		
3.1 REGRAS DE FORMALIZAÇÃO CONTRATUAL	3.1.1 HAVERÁ CELEBRAÇÃO DE CONTRATO	
	( ) A SIM ( X ) B NÃO (FORMALIZAÇÃO SE DARÁ APENAS COM A EMISSÃO DE EMPENHO)	
3.2 REGRAS DE EXECUÇÃO CONTRATUAL	3.2.1 REGIME DE EXECUÇÃO:	
	( ) Empreitada por preço unitário  ( X ) Empreitada por preço global  ( ) Outro:	
	3.2.2 PRAZO PARA RETIRADA DA NOTA DE EMPENHO:	
➤ 2 dias    ( ) Úteis    ( X ) Corridos.  ➤ Contados da convocação pelo Ministério Público, a ser formalizada preferencialmente por e-mail.		



3.2 REGRAS DE EXECUÇÃO CONTRATUAL	<b>3.2.3 PRAZOS DE EXECUÇÃO</b> <ul style="list-style-type: none"><li>➤ 150 dias    ( ) Úteis    ( X ) Corridos</li><li>➤ O prazo será contado da data do recebimento, pelo Fornecedor, da Nota de Empenho, acompanhada da autorização de fornecimento e, se for o caso, do instrumento contratual.</li></ul>				
	<b>3.2.4 ADMISSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO</b> <table border="1"><tr><td>( X )</td><td>A) NÃO</td></tr><tr><td>( )</td><td>B) SIM. Neste caso, somente será admissível o pedido formalizado pelo fornecedor antes do termo final do prazo de entrega consignado, mediante justificativa - e respectiva comprovação - de fato superveniente, aceito pela Instituição.<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Por até _____ dias    ( ) Úteis    ( ) Corridos</li></ul></td></tr></table>	( X )	A) NÃO	( )	B) SIM. Neste caso, somente será admissível o pedido formalizado pelo fornecedor antes do termo final do prazo de entrega consignado, mediante justificativa - e respectiva comprovação - de fato superveniente, aceito pela Instituição. <ul style="list-style-type: none"><li>➤ Por até _____ dias    ( ) Úteis    ( ) Corridos</li></ul>
	( X )	A) NÃO			
	( )	B) SIM. Neste caso, somente será admissível o pedido formalizado pelo fornecedor antes do termo final do prazo de entrega consignado, mediante justificativa - e respectiva comprovação - de fato superveniente, aceito pela Instituição. <ul style="list-style-type: none"><li>➤ Por até _____ dias    ( ) Úteis    ( ) Corridos</li></ul>			
<b>3.2.5 LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:</b> <p><i>Parque Metalúrgico Augusto Barbosa, Centro de Artes e Convenções da UFOP - CACOP, situado na cidade de Ouro Preto-MG, a ser realizado nos dias 04 e 05 de abril de 2023.</i></p>					
<b>3.2.6 REGRAS ESPECIAIS PARA EXECUÇÃO:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>➤ Execução deve ser agendada<ul style="list-style-type: none"><li>( ) A) NÃO    ( X ) B) SIM, conforme cumprimento da programação pré-estabelecida pela organização do evento.</li></ul></li><li>➤ Unidade responsável: Ceama</li><li>➤ Telefone e e-mail para contato e/ou agendamento: (71)3103-0390/0394 e ceama@mpba.mp.br</li></ul> <p>Dias para realização da entregados serviços: <i>nos dias 04 e 05 de abril de 2023.</i></p> <ul style="list-style-type: none"><li>➤ Horários para execução: Conforme programação do evento</li><li>➤ Condições especiais adicionais: Emissão de certificado ou lista de presença.</li></ul>					



	( X ) A) SEM EXIGÊNCIA DE GARANTIA
3.3 GARANTIA DO OBJETO	<p>( ) B) COM EXIGÊNCIA DE GARANTIA - Regras:</p> <p>➤ EXECUTOR DA GARANTIA - ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO (Marcar com X):</p> <p>( ) A) CONTRATADA (Regra geral)</p> <p>( ) B) FABRICANTE (Exceção)</p> <p>➤ Justificar a exigência de garantia do fabricante (Em caso positivo):</p> <p>➤ DURAÇÃO - ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO (Marcar com X):</p> <p>( ) A) 01 ANO</p> <p>( ) B) 90 DIAS (GARANTIA LEGAL)</p> <p>( ) C) OUTRO. Especificar:</p> <p>➤ PRAZO MÁXIMO PARA RESOLUÇÃO DO CHAMADO, contado a partir da abertura pelo MPBA - ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO (Marcar com X):</p> <p>( ) A) _____ HORAS ( ) Úteis ( ) Corridas</p> <p>( ) B) _____ DIAS ( ) Úteis ( ) Corridos</p> <p>➤ NECESSIDADE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA - ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO (Marcar com X):</p> <p>( ) A) SIM</p> <p>( ) B) NÃO</p> <p>➤ FORMA DE EXECUÇÃO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA (Se resposta positiva acima) - ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO (Marcar com X):</p> <p>( ) A) Assistência sediada na zona urbana ou metropolitana de Salvador</p> <p>( ) B) Assistência sediada em local a critério do fornecedor (regra geral)</p> <p>( ) C) On site, isto é assistência prestada diretamente na sede do MPBA (exceção).</p> <p>Regras:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>○ Os chamados para Assistência Técnica deverão ser atendidos no prazo máximo de _____ (_____) horas, contadas da notificação pelo MPBA;</li><li>○ O Fornecedor ou Fabricante (conforme regra de "Executor" acima indicada) arcará com todas as despesas decorrentes da reparação e/ou substituição de</li></ul>



		<p>bens, a incluir o deslocamento de seus técnicos aos locais em que aqueles estiverem, bem como pelo transporte para sua oficina, se necessário;</p> <p>( ) D) Outra. Especificar:</p> <p>➤ <b>DEMAIS REGRAMENTOS:</b></p>
<b>3.4 CONDIÇÕES E RESPONSÁVEIS PELO RECEBIMENTO</b>	3.4.1 PRAZO PARA RECEBIMENTO PROVISÓRIO: _____ dias ( ) Úteis ( ) Corridos	
	3.4.2 PRAZO PARA RECEBIMENTO DEFINITIVO: _____ dias ( ) Úteis ( ) Corridos	
	3.4.3 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO: CEAMA-NUDEPHAC	
	3.4.4 PRAZO PARA ADEQUAÇÃO OU REFAZIMENTO DE SERVIÇO(S) REJEITADO(S) - ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO ( <i>Marcar com X</i> ):	
	<p>( X ) A) NÃO SE APLICA</p> <p>( ) B) PRAZO: ( ) _____ HORAS ( ) Úteis ( ) Corridas</p> <p>( ) _____ DIAS ( ) Úteis ( ) Corridos</p>	
	<p><b>DEMAIS REGRAMENTOS:</b></p> <p>3.4.5 O recebimento dos serviços ocorrerá mediante conferência destes, confrontando com as especificações contidas no Termo de Referência e Contrato (inclusive anexos) e na proposta de preços, bem com as quantidades determinadas na Ordem de serviços/Nota de Empenho.</p> <p>3.4.6 O recebimento dado pelo Ministério Público do Estado da Bahia em fatura (ou documento afim) apresentada por transportadora a serviço do fornecedor não será considerado para fins de recebimento provisório/definitivo;</p> <p>3.4.7 O recebimento definitivo do objeto deste contrato só será concretizado depois de adotados, pelo Ministério Público do Estado da Bahia, todos os procedimentos contidos nos Ato Normativos internos relativos ao tema, respeitadas as exigências contidas do art. 161 da Lei Estadual- BA nº 9.433/2005;</p> <p>3.4.8 O aceite ou aprovação do objeto pelo Ministério Público do Estado da Bahia não exclui a responsabilidade do fornecedor por vícios, defeitos ou disparidades com as especificações estabelecidas neste Contrato e no processo de Dispensa Licitação que o originou, verificadas posteriormente, garantindo-se ao Ministério Público do Estado da Bahia, inclusive, as faculdades previstas na Lei Federal n.º 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.</p>	
	( X )	<b>A) VEDADA A SUBCONTRATAÇÃO</b>



3.5 POSSIBILIDADE OU NÃO DE SUBCONTRATAÇÃO	( )	<b>B) ADMITIDA A SUBCONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ACESSÓRIOS.</b>  ➤ Indicar parcela(s) subcontratável(eis): ➤ Indicar regras/condições para subcontratação:
3.6 CONDIÇÕES DE PAGAMENTO		<b>3.6.1 PERIODICIDADE DE PAGAMENTO</b>
	(X)	<b>A) PAGAMENTO INTEGRAL, AO FINAL DA EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS</b>
	( )	<b>B) CADA PEDIDO (E CONSEQUENTE EMPENHO EMITIDO) SERÁ PAGO INTEGRALMENTE, EM PARCELA ÚNICA</b>
	( )	<b>C) PAGAMENTO PARCELADO:</b>  ➤ Quantidade de parcelas: ➤ Definição dos montantes das parcelas (Por quantidades ou percentuais, conforme regime de execução e regramentos eventualmente definidos no anexo mencionado no item 1.2.):
	( )	<b>C) PAGAMENTO MENSAL</b>
	( )	<b>D) OUTRA:</b>
		<b>3.6.2 CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA EFETIVAÇÃO DO PAGAMENTO</b>
	( )	<b>A) NÃO SE APLICA</b>
	(X)	<b>B) CONDIÇÕES ESPECIAIS:</b> Envio da nota fiscal, certificado ou lista de presença.
		<b>3.6.3 DEMAIS REGRAS:</b>  3.6.3.1 O pagamento será processado mediante apresentação, pela contratada, de nota fiscal e certidões cabíveis - documentação esta que deverá estar devidamente acompanhada do ACEITE pelo Ministério Público do Estado da Bahia, e se concluirá no prazo de 08 (oito) dias úteis a contar da data de apresentação da documentação, desde que não haja pendência a ser regularizada;  3.6.3.2 Verificando-se qualquer pendência impeditiva do pagamento, será considerada como data de apresentação da documentação aquela na qual foi realizada a respectiva regularização;  3.6.3.3 As notas fiscais deverão discriminar os tributos, com respectivos valores, alíquotas e bases de cálculo, que tenham como fato gerador o objeto contratado;





	<p>3.6.3.4 O Ministério Público do Estado da Bahia realizará a retenção de impostos ou outras obrigações de natureza tributária, na hipótese de figurar como substituto tributário, de acordo com a legislação vigente;</p> <p>3.6.3.5 Os pagamentos serão efetuados através de ordem bancária, para crédito em conta corrente e agência indicadas pela empresa contratada, preferencialmente em banco de movimentação oficial de recursos do Estado da Bahia;</p> <p>3.6.3.6 A atualização monetária dos pagamentos devidos pelo Ministério Público do Estado da Bahia, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE pro rata tempore, observado, sempre, o disposto no item 3.6.3.2.</p>				
<b>3.7 POSSIBILIDADE OU NÃO DE REAJUSTAMENTO, COM INDICAÇÃO DE ÍNDICE OFICIAL</b>	<table border="1"><tr><td data-bbox="394 787 456 867">( X )</td><td data-bbox="456 787 1500 867"><b>A) PREÇOS IRREAJUSTÁVEIS</b></td></tr><tr><td data-bbox="394 867 456 1484">( )</td><td data-bbox="456 867 1500 1484"><b>B) PREÇOS PASSÍVEIS DE REAJUSTAMENTO. <u>Regras:</u></b><ul style="list-style-type: none"><li>➤ Índice oficial para o cálculo da variação de preços<ul style="list-style-type: none"><li>( ) A) INPC/IBGE</li><li>( ) B) OUTRO. Indicar:</li></ul></li><li>➤ A eventual concessão de reajustamento fica condicionada à apresentação de requerimento formal pelo Fornecedor, após o transcurso do prazo de 12 (doze) meses, contados da data da apresentação da proposta;</li><li>➤ Na hipótese de reajustamento, adotar-se-á como referencial o acumulado de 12 (doze) meses, sendo o termo inicial o mês de apresentação da proposta e termo final o mês que antecede a data de aniversário.</li><li>➤ Serão objeto de reajuste apenas os valores relativos a pedidos de serviços formalizados após o decurso do prazo de 12 (doze) meses, contados da apresentação da proposta;</li></ul></td></tr></table>	( X )	<b>A) PREÇOS IRREAJUSTÁVEIS</b>	( )	<b>B) PREÇOS PASSÍVEIS DE REAJUSTAMENTO. <u>Regras:</u></b> <ul style="list-style-type: none"><li>➤ Índice oficial para o cálculo da variação de preços<ul style="list-style-type: none"><li>( ) A) INPC/IBGE</li><li>( ) B) OUTRO. Indicar:</li></ul></li><li>➤ A eventual concessão de reajustamento fica condicionada à apresentação de requerimento formal pelo Fornecedor, após o transcurso do prazo de 12 (doze) meses, contados da data da apresentação da proposta;</li><li>➤ Na hipótese de reajustamento, adotar-se-á como referencial o acumulado de 12 (doze) meses, sendo o termo inicial o mês de apresentação da proposta e termo final o mês que antecede a data de aniversário.</li><li>➤ Serão objeto de reajuste apenas os valores relativos a pedidos de serviços formalizados após o decurso do prazo de 12 (doze) meses, contados da apresentação da proposta;</li></ul>
( X )	<b>A) PREÇOS IRREAJUSTÁVEIS</b>				
( )	<b>B) PREÇOS PASSÍVEIS DE REAJUSTAMENTO. <u>Regras:</u></b> <ul style="list-style-type: none"><li>➤ Índice oficial para o cálculo da variação de preços<ul style="list-style-type: none"><li>( ) A) INPC/IBGE</li><li>( ) B) OUTRO. Indicar:</li></ul></li><li>➤ A eventual concessão de reajustamento fica condicionada à apresentação de requerimento formal pelo Fornecedor, após o transcurso do prazo de 12 (doze) meses, contados da data da apresentação da proposta;</li><li>➤ Na hipótese de reajustamento, adotar-se-á como referencial o acumulado de 12 (doze) meses, sendo o termo inicial o mês de apresentação da proposta e termo final o mês que antecede a data de aniversário.</li><li>➤ Serão objeto de reajuste apenas os valores relativos a pedidos de serviços formalizados após o decurso do prazo de 12 (doze) meses, contados da apresentação da proposta;</li></ul>				
<b>3.8 DEFINIÇÃO DE VIGÊNCIAS</b>	<table border="1"><tr><td colspan="2" data-bbox="394 1501 1500 1575"><b>3.8.1 DEFINIÇÃO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO</b></td></tr><tr><td data-bbox="394 1575 456 1879">( X )</td><td data-bbox="456 1575 1500 1879"><b>A) CONTRATAÇÕES <u>SEM</u> INSTRUMENTO FORMAL DE CONTRATO</b><ul style="list-style-type: none"><li>➤ ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO:<ul style="list-style-type: none"><li>( ) Opção 1: _____ meses , contados do recebimento do empenho pelo fornecedor</li><li>( X ) Opção 2: 150 dias, contados do recebimento do empenho pelo fornecedor</li></ul></li></ul></td></tr></table>	<b>3.8.1 DEFINIÇÃO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO</b>		( X )	<b>A) CONTRATAÇÕES <u>SEM</u> INSTRUMENTO FORMAL DE CONTRATO</b> <ul style="list-style-type: none"><li>➤ ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO:<ul style="list-style-type: none"><li>( ) Opção 1: _____ meses , contados do recebimento do empenho pelo fornecedor</li><li>( X ) Opção 2: 150 dias, contados do recebimento do empenho pelo fornecedor</li></ul></li></ul>
<b>3.8.1 DEFINIÇÃO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO</b>					
( X )	<b>A) CONTRATAÇÕES <u>SEM</u> INSTRUMENTO FORMAL DE CONTRATO</b> <ul style="list-style-type: none"><li>➤ ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO:<ul style="list-style-type: none"><li>( ) Opção 1: _____ meses , contados do recebimento do empenho pelo fornecedor</li><li>( X ) Opção 2: 150 dias, contados do recebimento do empenho pelo fornecedor</li></ul></li></ul>				





	<p><b>B) CONTRATAÇÕES <u>COM</u> INSTRUMENTO FORMAL DE CONTRATO</b></p> <p>➤ ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO (<i>Marcar com X</i>):</p> <p>( ) Opção 1: _____ meses, contados a partir de(a) - ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO (<i>Marcar com X</i>):</p> <p>( ) A) Data certa: ____ de ____ de ____</p> <p>( ) B) Da data da publicação do resumo do contrato no Diário da Justiça Eletrônico</p> <p>( ) Opção 2: _____ dias, contados a partir de(a) - ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO (<i>Marcar com X</i>):</p> <p>( ) A) Data certa: ____ de ____ de ____</p> <p>( ) B) Da data da publicação do resumo do contrato no Diário da Justiça Eletrônico</p> <p>➤ Justificar vigência superior a 12 (doze) meses (se for o caso):</p>				
	<p><b>3.8.2 POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA - ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO (<i>Marcar com X</i>):</b></p> <table border="1"><tr><td data-bbox="394 1087 456 1150">( X )</td><td data-bbox="456 1087 1500 1150">A) NÃO</td></tr><tr><td data-bbox="394 1150 456 1251">( )</td><td data-bbox="456 1150 1500 1251">B) SIM. Justificativa:</td></tr></table>	( X )	A) NÃO	( )	B) SIM. Justificativa:
( X )	A) NÃO				
( )	B) SIM. Justificativa:				
<p><b>3.9 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA</b></p>	<p><b>OBRIGAÇÕES GERAIS</b></p> <p>3.9.1 Executar o objeto contratual de acordo com os prazos e as especificações técnicas constantes no instrumento convocatório e seus anexos, no local determinado, nos dias e nos turnos e horários de expediente do MPBA, não podendo eximir-se da obrigação, ainda que parcialmente, sob a alegação de falhas, defeitos ou falta de pessoal, materiais e/ou peças;</p> <p>3.9.2 Adotar as providências legais e/ou contratuais cabíveis, nas ocorrências de danos no decurso do uso normal do produto durante o prazo de garantia e por defeitos de fabricação;</p> <p>3.9.3 Promover, às suas expensas e sob sua responsabilidade, a adequada embalagem, transporte e entrega do(s) bem(ns);</p> <p>3.9.4 Prestar diretamente o objeto contratado, não o transferindo a outrem, no todo ou em parte, ressalvando-se apenas os casos de cisão, fusão ou incorporação da empresa contratada, desde que não impeçam os compromissos assumidos para com o MPBA, observando-se, ainda, eventuais restrições à subcontratação definidas neste instrumento;</p>				



3.9.5 Manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento de contratação;

3.9.6 Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes que, porventura, sejam necessários à execução da contratação;

3.9.7 Responsabilizar-se pelo cumprimento das exigências previstas na legislação profissional específica e pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução da contratação;

3.9.7.1 A eventual retenção de tributos pelo MPBA não implicará na responsabilização deste, em hipótese alguma, por quaisquer penalidades ou gravames futuros, decorrentes de inadimplemento(s) de tributos pela empresa contratada;

3.9.8 Emitir notas fiscais/faturas de acordo com a legislação e com este documento, contendo descrição dos serviços, indicação de quantidades, preços unitários e valor total;

3.9.9 Arcar, quando da execução do objeto contratado, com todo e qualquer dano ou prejuízo, independentemente da natureza, causado ao MPBA e/ou a terceiros, ainda que por sua culpa, em consequência de erros, imperícia própria ou de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade, bem como ressarcir ao MPBA todos os custos decorrentes de indevida paralisação ou interrupção dos serviços contratados;

3.9.10 Não introduzir, seja a que título for, nenhuma modificação na especificação do objeto contratado ou das eventuais normas técnicas a serem seguidas, sem o consentimento prévio, e por escrito, do MPBA;

3.9.11 Atender, nos prazos consignados neste instrumento e/ou pelo MPBA, às recusas ou determinações de desfazimento/refazimento fornecimentos e/ou serviços acessórios que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições do Edital (e anexos) constante no processo que o originou, providenciando sua imediata correção ou realização, sem ônus para o MPBA;

3.9.12 Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa fiscalização durante a vigência da contratação, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e à execução contratual, e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização;

3.9.13 Comunicar formalmente ao MPBA qualquer anormalidade que interfira no bom andamento da execução da contratação;

3.9.14 Manter sob sua exclusiva responsabilidade toda a supervisão e direção da eventual mão de obra necessária à execução completa e eficiente da contratação;

3.9.15 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo MPBA.

**OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS (DEFINIDAS EM RAZÃO DO OBJETO CONTRATADO):**



	(X)	A) NÃO EXISTEM OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS, sendo aplicáveis somente os regramentos gerais definidos no subitem anterior.
	( )	B) OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS. Indicar:
3.10 OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE	<b>OBRIGAÇÕES GERAIS</b>	
	3.10.1 Fornecer, no prazo de até 10 (dez) dias a contar do início da vigência da contratação, as informações necessárias para que a empresa contratada possa executar plenamente o objeto contratado;	
	3.10.2 Realizar os pagamentos devidos pela execução do contrato, nos termos e condições previstos neste documento;	
	3.10.3 Permitir o eventual acesso dos empregados autorizados da empresa contratada às instalações físicas do MPBA, nos locais e na forma que se façam necessários para a execução contratual;	
3.11 INDICAÇÃO SOBRE A NECESSIDADE DE GARANTIA CONTRATUAL, COM PERCENTUAL	3.10.4 Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento dos prazos e das condições da contratação, notificando a empresa contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;	
	3.10.5 Fornecer à empresa contratada, mediante solicitação, atestado de capacidade técnica, quando o fornecimento do objeto atender satisfatoriamente os prazos de entrega, qualidade e demais condições previstas em edital e seus anexos.	
	<b>OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS (DEFINIDAS EM RAZÃO DO OBJETO CONTRATADO):</b>	
	(X)	A) NÃO EXISTEM OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS, sendo aplicáveis somente os regramentos gerais definidos no subitem anterior.
	( )	B) OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS. Indicar:
	(X)	A) NÃO SE APLICA (CONTRATAÇÕES SEM FORMALIZAÇÃO DE CONTRATO)
	( )	B) NÃO SERÁ EXIGIDA GARANTIA CONTRATUAL
	( )	C) SERÁ EXIGIDA GARANTIA CONTRATUAL. Regras: ➤ Percentual exigido: ( ) 5% (cinco por cento) <u>OU</u> ( ) Outro. Indicar: _____ % (_____ por cento) ➤ Prazo para apresentação: _____ dias após assinatura do contrato.



--	--	--

ANEXO I – TABELA INDICATIVA DE ITENS

1. INDICAÇÃO DOS ITENS QUE COMPÕEM O OBJETO:

1.1 DETALHAMENTO DOS ITENS

Item	Descrição (Especificações técnicas)	Unidade de Fornecimento	Quantidade Estimada	Valor unitário	Valor total por item
1	eminário Nacional de Direito do Patrimônio Cultural”	Presencial	05	80,00	400,00
Valor Total dos itens					400,00



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: FUNDACAO GORCEIX (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 23.063.118/0001-64

Certidão nº: 38502885/2022

Expedição: 07/11/2022, às 09:10:14

Validade: 06/05/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **FUNDACAO GORCEIX (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **23.063.118/0001-64**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

			<b>SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS</b>		
<b>CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS</b>  <b>Negativa</b>			CERTIDÃO EMITIDA EM: 09/12/2021		
			CERTIDÃO VALIDA ATÉ: 09/03/2022		
NOME: FUNDACAO GORCEIX					
CNPJ/CPF: 23.063.118/0001-64					
LOGRADOURO: RUA Carlos Walter Marinho Campos			NÚMERO: 57		
COMPLEMENTO:		BAIRRO: Vila Itacolomy		CEP: 35400000	
DISTRITO/POVOADO: --		MUNICÍPIO: OURO PRETO		UF: MG	
<p><b>Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:</b></p> <p><b>1. Não constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado;</b></p> <p><b>2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.</b></p> <p><b>Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.</b></p>					
IDENTIFICAÇÃO		NÚMERO DO PTA		DESCRIÇÃO	
<p><b>A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada através de aplicativo disponibilizado pela Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, na internet: <a href="http://www.fazenda.mg.gov.br">http://www.fazenda.mg.gov.br</a> =&gt; Empresas =&gt; Certificação da Autenticidade de Documentos.</b></p>					
CÓDIGO DE CONTROLE DE CERTIDÃO:2021000510639592					



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA  
ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: FUNDAÇÃO GORCEIX**  
**CNPJ: 23.063.118/0001-64**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.  
Emitida às 16:30:05 do dia 30/09/2022 <hora e data de Brasília>.

Válida até 29/03/2023.

Código de controle da certidão: **67F8.93BE.1E86.D240**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



[Voltar](#)[Imprimir](#)

## **Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 23.063.118/0001-64  
**Razão Social:** FUNDAÇÃO GORCEIX  
**Endereço:** RUA CONDE DE BOBADELA 150 / CENTRO / OURO PRETO / MG / 35400-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 19/01/2023 a 17/02/2023

**Certificação Número:** 2023011900400618897212

Informação obtida em 23/01/2023 18:58:59

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



## Certidão Negativa de Débitos Tributários

(Emitida para os efeitos dos arts. 113 e 114 da Lei 3.956 de 11 de dezembro de 1981 - Código Tributário do Estado da Bahia)

Certidão Nº: **20230529042**

RAZÃO SOCIAL <b>FUNDACAO GORCEIX</b>	
INSCRIÇÃO ESTADUAL	CNPJ <b>23.063.118/0001-64</b>

Fica certificado que não constam, até a presente data, pendências de responsabilidade da pessoa física ou jurídica acima identificada, relativas aos tributos administrados por esta Secretaria.

Esta certidão engloba todos os seus estabelecimentos quanto à inexistência de débitos, inclusive os inscritos na Dívida Ativa, de competência da Procuradoria Geral do Estado, ressalvado o direito da Fazenda Pública do Estado da Bahia cobrar quaisquer débitos que vierem a ser apurados posteriormente.

Emitida em 25/01/2023, conforme Portaria nº 918/99, sendo válida por 60 dias, contados a partir da data de sua emissão.

**A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO PODE SER COMPROVADA NAS INSPETORIAS FAZENDÁRIAS OU VIA INTERNET, NO ENDEREÇO <http://www.sefaz.ba.gov.br>**

Válida com a apresentação conjunta do cartão original de inscrição no CPF ou no CNPJ da Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO  
PRETO**

**MINAS GERAIS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA**

## **CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO NEGATIVA**

---

<b>RAZÃO SOCIAL:</b>	<b>FUNDACAO GORCEIX</b>
<b>Endereço:</b>	<b>R VITORIO ZANETTI, 57 LAGOA - OURO PRETO - MG CEP: 35.400-320</b>
<b>CNPJ:</b>	<b>23.063.118/0001-64</b>

---

RESSALVADO O DIREITO DA FAZENDA MUNICIPAL DE COBRAR AS DÍVIDAS QUE VENHAM A SER APURADAS DE RESPONSABILIDADE DA PESSOA JURÍDICA ACIMA CARACTERIZADA, CERTIFICO QUE HÁ DÉBITO TRIBUTÁRIO E/OU NÃO TRIBUTÁRIO EM NOME DO REQUERENTE, TODAVIA ENCONTRA-SE COM EXIGIBILIDADE SUSPENSA, NOS TERMOS DO ART. 80, INCISO III DO CTM.

**Esta certidão é válida até o dia: 02/03/2023**

**OURO PRETO, 31/01/2023 09:23:38**

**Código de controle da certidão: 5A8E80406F65A666E6CF**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO

Solicitação da Petrobrás



# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NUMERO DE INSCRIÇÃO 23.063.118/0001-64 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 25/08/1966
NOME EMPRESARIAL FUNDACAO GORCEIX		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 88.00-6-00 - Serviços de assistência social sem alojamento		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 71.12-0-00 - Serviços de engenharia 71.19-7-99 - Atividades técnicas relacionadas à engenharia e arquitetura não especificadas anteriormente 71.20-1-00 - Testes e análises técnicas 72.10-0-00 - Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais 74.90-1-99 - Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente 82.11-3-00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo 82.99-7-99 - Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente 85.50-3-02 - Atividades de apoio à educação, exceto caixas escolares		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 306-9 - Fundação Privada		
LOGRADOURO R CARLOS WALTER MARINHO CAMPOS	NUMERO 57	COMPLEMENTO *****
CEP 35.400-000	BAIRRO/DISTRITO VILA ITACOLOMY	MUNICÍPIO OURO PRETO
UF MG		
ENDEREÇO ELETRÔNICO gorceix@gorceix.com.br	TELEFONE (031) 3559-7100	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 20/07/2002	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 25/01/2023 às 14:07:30 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Formulário de Informações Orçamentárias

**Projeto / Ação / Atividade (número e nome):**

6271/NUDEPHAC/Patrimônio histórico e cultural-PE 7.3.2/Capacitações

**Código da Unidade Orçamentária:**

40101

**Código da Unidade Gestora:**

009

**Saldo Orçamentário:**

33.000,00

**Natureza da Despesa:**

33.90.39.00

**Responsável pela Informação:**

Marta Conceição da Paixão Santos Araújo Ribeiro

**Responsável pela Unidade Gestora:**

Yuri Lopes de Mello

**Número Sequencial da Dispensa / Inexigibilidade (Unidade Gestora):**

01/2023



Documento assinado eletronicamente por **Marta Conceicao da Paixao S. Araujo Ribeiro** em 25/01/2023, às 16:56, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0568946** e o código CRC **07717CA3**.

**ENC: Sua inscrição no evento - Seminário Nacional de Direito do Patrimônio Cultural**

Carlos Santos do Lago Neto <carlos.neto@mpba.mp.br>

Sex, 27/01/2023 10:21

Para: Marta Conceicao da Paixao Santos Araujo Ribeiro <martaaraujo@mpba.mp.br>

Bom dia!

Segue minha inscrição para o seminário.

Att.,

Carlos Lago

---

De: Even3 <hello@event.even3.com>

Enviado: quinta-feira, 26 de janeiro de 2023 12:03

Para: Carlos Santos do Lago Neto <carlos.neto@mpba.mp.br>

Assunto: Sua inscrição no evento - Seminário Nacional de Direito do Patrimônio Cultural



**Cordialmente,**

Comissão Organizadora do Seminário Nacional de Direito do Patrimônio Cultural  
nepacufop2008@gmail.com  
31975008819

Olá, Carlos Santos do Lago Neto, tudo bem?

Você acaba de ser inscrito(a) no evento **Seminário Nacional de Direito do Patrimônio Cultural!**

Sua inscrição foi feita pela própria organização, na categoria **Profissionais, pessoas vinculadas aos Apoiaadores Institucionais e demais interessados.**

Você pode acessar o evento sempre que precisar no link a seguir:

<https://www.even3.com.br/seminario-nacional-de-direito-do-patrimonio-cultural>

Bom evento!

Even3

[meajuda@even3.com.br](mailto:meajuda@even3.com.br)

Precisando de algo, ficamos à disposição.

O Seminário Nacional de Direito do Patrimônio Cultural é norteado pelos pilares da **inclusão, pluralismo, diversidade, acessibilidade e democracia participativa**. Agradecemos, então, pelo seu interesse em participar dessa construção coletiva. **A gente se encontra em Ouro Preto!**

[Acessar o Site](#) | [Entre em contato](#)

[Even3](#)



**ENC: Sua inscrição no evento - Seminário Nacional de Direito do Patrimônio Cultural**

Diogo Alves De Vasconcellos <diogo.vasconcellos@mpba.mp.br>

Sex, 27/01/2023 13:35

Para: Marta Conceicao da Paixao Santos Araujo Ribeiro <martaaraujo@mpba.mp.br>

Boa tarde, Marta,

Conforme solicitado, encaminho e-mail contendo comprovante de inscrição no Seminário Nacional de Direito do Patrimônio Cultural a ser realizado em abril de 2023 na cidade de Ouro Preto-MG.

Atenciosamente,

Diogo Vasconcellos

Arquiteto - Analista Técnico

NUDEPHAC / CEAMA / MP-BA

tel: (71) 3103-6626

---

**De:** Even3 <hello@event.even3.com>

**Enviado:** quinta-feira, 26 de janeiro de 2023 12:03

**Para:** Diogo Alves De Vasconcellos <diogo.vasconcellos@mpba.mp.br>

**Assunto:** Sua inscrição no evento - Seminário Nacional de Direito do Patrimônio Cultural



**Cordialmente,**

Comissão Organizadora do Seminário Nacional de Direito do Patrimônio Cultural  
nepacufop2008@gmail.com  
31975008819

Olá, Diogo Alves de Vasconcellos, tudo bem?

Você acaba de ser inscrito(a) no evento **Seminário Nacional de Direito do Patrimônio Cultural!**

Sua inscrição foi feita pela própria organização, na categoria **Profissionais, pessoas vinculadas aos Apoiadores Institucionais e demais interessados.**

Você pode acessar o evento sempre que precisar no link a seguir:

<https://www.even3.com.br/seminario-nacional-de-direito-do-patrimonio-cultural>

Bom evento!

Even3

[meajuda@even3.com.br](mailto:meajuda@even3.com.br)

Precisando de algo, ficamos à disposição.

O Seminário Nacional de Direito do Patrimônio Cultural é norteado pelos pilares da **inclusão, pluralismo, diversidade, acessibilidade e democracia participativa**. Agradecemos, então, pelo seu interesse em participar dessa construção coletiva. **Agente se encontra em Ouro Preto!**

[Acessar o Site](#) | [Entre em contato](#)

[Even3](#)

**ENC: Sua inscrição no evento - Seminário Nacional de Direito do Patrimônio Cultural**

Miguel De Santana Soares <miguel.soares@mpba.mp.br>

Seg, 30/01/2023 08:46

Para: Marta Conceicao da Paixao Santos Araujo Ribeiro <martaaraujo@mpba.mp.br>

Bom dia,

Segue comprovante de inscrição no **Seminário Nacional de Direito do Patrimônio Cultural**.

att.

Miguel Soares  
Nudephac

---

De: Even3 <hello@event.even3.com>

Enviado: quinta-feira, 26 de janeiro de 2023 12:04

Para: Miguel De Santana Soares <miguel.soares@mpba.mp.br>

Assunto: Sua inscrição no evento - Seminário Nacional de Direito do Patrimônio Cultural



**Cordialmente,**

Comissão Organizadora do Seminário Nacional de Direito do Patrimônio Cultural  
nepacufop2008@gmail.com  
31975008819

Olá, Miguel de Santana Soares, tudo bem?

Você acaba de ser inscrito(a) no evento **Seminário Nacional de Direito do Patrimônio Cultural!**

Sua inscrição foi feita pela própria organização, na categoria **Profissionais, pessoas vinculadas aos Apoiadores Institucionais e demais interessados**.

Você pode acessar o evento sempre que precisar no link a seguir:

<https://www.even3.com.br/seminario-nacional-de-direito-do-patrimonio-cultural>

Bom evento!

Even3  
[meajuda@even3.com.br](mailto:meajuda@even3.com.br)

Precisando de algo, ficamos à disposição.

O Seminário Nacional de Direito do Patrimônio Cultural é norteado pelos pilares da **inclusão, pluralismo, diversidade, acessibilidade e democracia participativa**. Agradecemos, então, pelo seu interesse em participar dessa construção coletiva. **A gente se encontra em Ouro Preto!**

[Acessar o Site](#) | [Entre em contato](#)

[Even3](#)

## margareth: Inscrição no evento - Seminário Nacional de Direito do Patrimônio Cultural

Margareth Goncalves Ribeiro de Jesus <margareth@mpba.mp.br>

Seg, 30/01/2023 09:02

Para: Marta Conceicao da Paixao Santos Araujo Ribeiro <martaaraujo@mpba.mp.br>

Prezada Marta,

Segue abaixo minha inscrição no seminário Nacional de Direito do patrimônio Cultura de Ouro Preto/MG

Atenciosamente,

Margareth Ribeiro  
NUDEPHC

---

De: Even3 <hello@event.even3.com>

Enviado: quinta-feira, 26 de janeiro de 2023 12:06

Para: Margareth Goncalves Ribeiro de Jesus <margareth@mpba.mp.br>

Assunto: Sua inscrição no evento - Seminário Nacional de Direito do Patrimônio Cultural



**Cordialmente,**

Comissão Organizadora do Seminário Nacional de Direito do Patrimônio Cultural  
nepacufop2008@gmail.com  
31975008819

Olá, Margareth Gonçalves Ribeiro de Jesus, tudo bem?

Você acaba de ser inscrito(a) no evento **Seminário Nacional de Direito do Patrimônio Cultural!**

Sua inscrição foi feita pela própria organização, na categoria **Profissionais, pessoas vinculadas aos Apoiadores Institucionais e demais interessados.**

Você pode acessar o evento sempre que precisar no link a seguir:

<https://www.even3.com.br/seminario-nacional-de-direito-do-patrimonio-cultural>

Bom evento!

Even3

[meajuda@even3.com.br](mailto:meajuda@even3.com.br)

Precisando de algo, ficamos à disposição.

O Seminário Nacional de Direito do Patrimônio Cultural é norteado pelos pilares da **inclusão, pluralismo, diversidade, acessibilidade e democracia participativa**. Agradecemos, então, pelo seu interesse em participar dessa construção coletiva. **A gente se encontra em Ouro Preto!**

[Acessar o Site](#) | [Entre em contato](#)

[Even3](#)

**ENC: Sua inscrição no evento - Seminário Nacional de Direito do Patrimônio Cultural**

Yuri Lopes de Mello &lt;ymello@mpba.mp.br&gt;

Ter, 31/01/2023 17:29

Para: Marta Conceicao da Paixao Santos Araujo Ribeiro &lt;martaaraujo@mpba.mp.br&gt;

**De:** Even3 <hello@event.even3.com>**Enviado:** terça-feira, 31 de janeiro de 2023 09:33**Para:** Yuri Lopes de Mello <ymello@mpba.mp.br>**Assunto:** Sua inscrição no evento - Seminário Nacional de Direito do Patrimônio Cultural**Cordialmente,**

Comissão Organizadora do Seminário Nacional de Direito do Patrimônio Cultural  
nepacufop2008@gmail.com  
31975008819

Olá, Yuri Lopes de Mello, tudo bem?

Você acaba de ser inscrito(a) no evento **Seminário Nacional de Direito do Patrimônio Cultural!**

Sua inscrição foi feita pela própria organização, na categoria **Profissionais, pessoas vinculadas aos Apoiadores Institucionais e demais interessados.**

Você pode acessar o evento sempre que precisar no link a seguir:

<https://www.even3.com.br/seminario-nacional-de-direito-do-patrimonio-cultural>

Bom evento!

Even3

[meajuda@even3.com.br](mailto:meajuda@even3.com.br)

Precisando de algo, ficamos à disposição.

O Seminário Nacional de Direito do Patrimônio Cultural é norteado pelos pilares da **inclusão, pluralismo, diversidade, acessibilidade e democracia**

**participativa.** Agradecemos, então, pelo seu interesse em participar dessa construção coletiva. **A gente se encontra em Ouro Preto!**

[Acessar o Site](#) | [Entre em contato](#)

[Even3](#)



## PROPOSTA

Conforme solicitado pelo Ministério Público do Estado da Bahia (MPBA), representado pela Sra. Marta Araújo, o Professor Doutor Carlos Magno de Souza Paiva, Coordenador do Seminário Nacional de Direito do Patrimônio Cultural, em concordância com a Fundação Gorceix, representada pela Sra. Adriana Resende, informa e propõe que:

- As pré-inscrições dos 5 (cinco) participantes indicados abaixo já foram realizadas, na categoria **“Profissionais, pessoas vinculadas aos Apoiadores Institucionais e demais interessados”**, com valor de R\$ 80,00 (oitenta reais) por participante, correspondendo ao montante total de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), a ser pago mediante **nota de empenho** à Fundação Gorceix.

Carlos Santos do Lago Neto  
CPF: 01411857593  
E-mail: [carlos.neto@mpba.mp.br](mailto:carlos.neto@mpba.mp.br)  
**Número de inscrição: 10680959**  
**Valor da inscrição: R\$ 80,00 (oitenta reais)**

Diogo Alves de Vasconcellos  
CPF: 782.995.195-00  
E-mail: [diogo.vasconcellos@mpba.mp.br](mailto:diogo.vasconcellos@mpba.mp.br)  
**Número de inscrição: 10680965**  
**Valor da inscrição: R\$ 80,00 (oitenta reais)**

Miguel de Santana Soares:  
CPF: 032.236.465-58  
E-mail: [miguel.soares@mpba.mp.br](mailto:miguel.soares@mpba.mp.br)  
**Número de inscrição: 10680967**  
**Valor da inscrição: R\$ 80,00 (oitenta reais)**

Margareth Gonçalves Ribeiro de Jesus  
CPF: 567.083.275-20  
E-mail: [margareth@mpba.mp.br](mailto:margareth@mpba.mp.br)  
**Número de inscrição: 10680978**  
**Valor da inscrição: R\$ 80,00 (oitenta reais)**

Yuri Lopes de Mello  
CPF: 363.244.935-04  
E-mail: [ymello@mpba.mp.br](mailto:ymello@mpba.mp.br)  
**Número de inscrição: 10698979**  
**Valor da inscrição: R\$ 80,00 (oitenta reais)**

- Propõe-se, então, que o MPBA, que já recebeu, da Sra. Adriana Resende, **todos os documentos solicitados**, dê prosseguimento aos trâmites referentes ao pagamento do valor de **R\$ 400,00 (quatrocentos reais)**, mediante nota de empenho, a ser realizado diretamente com a Fundação Gorceix.

CARLOS MAGNO DE  
SOUZA  
PAIVA:01428081640

Assinado de forma digital  
por CARLOS MAGNO DE  
SOUZA PAIVA:01428081640  
Dados: 2023.01.31 11:15:00  
-03'00'

Carlos Magno de Souza Paiva  
Coordenador Geral do Seminário Nacional de Direito do Patrimônio Cultural

Ouro Preto, 31 de janeiro de 2023





MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## MANIFESTAÇÃO

Ao Coordenador do Ceama

Dr. Yuri Lopes de Mello

Encaminho processo, referente as cinco inscrições dos participantes: Yuri Lopes de Mello, Carlos Santos do Lago Neto, Diogo Alves de Vasconcellos, Miguel de Santana Soares e Margareth Gonçalves Ribeiro de Jesus, a fim de participarem do "Seminário Nacional de Direito do Patrimônio Cultural", a ser realizado nos dias 04 e 05 de abril de 2023, na cidade de Ouro Preto-MG, no valor total de R\$400,00(quatrocentos reais), para ciência e autorização.



Documento assinado eletronicamente por **Marta Conceicao da Paixao S. Araujo Ribeiro** em 31/01/2023, às 18:58, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0573738** e o código CRC **E4EA0BA4**.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## MANIFESTAÇÃO

Ciente. De acordo.



Documento assinado eletronicamente por **Yuri Lopes De Mello** em 01/02/2023, às 17:06, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0575182** e o código CRC **8E17A028**.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## MANIFESTAÇÃO

Retorne-se a Assessoria Técnica Jurídica com as informações dos dados bancários em anexo.0578396



Documento assinado eletronicamente por **Marta Conceicao da Paixao S. Araujo Ribeiro** em 06/02/2023, às 10:35, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0578398** e o código CRC **8226BC99**.

## DESPACHO

**PROCEDIMENTO SEI Nº. 19.09.02191.0001578/2023-39**

**INTERESSADA: NUDEPHAC/CEAMA**

**ASSUNTO: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

## DESPACHO

Trata-se de procedimento instruído pelo Núcleo de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural-NUDEPHAC, com vistas a viabilizar a contratação direta, pela via da inexigibilidade, da FUNDAÇÃO GORCEIX, inscrita no CNPJ sob o nº 23.063.118/0001-64, para viabilizar a inscrição de servidores deste MPBA para participarem do Seminário Nacional de Direito do Patrimônio Cultural, a se realizar nos dias 04 e 05 de abril de 2023, na cidade de Ouro Preto, Minas Gerais. Atribui-se à contratação o valor total de R\$ 400,00 (quatrocentos reais).

Analísado o expediente, observa-se a necessidade de pontual esclarecimento e/ou complementação de sua instrução processual, conforme os itens a seguir relacionados.

Preliminarmente, mencione-se que o Ofício inaugural dos autos menciona a necessidade de inscrição de 04 (quatro) servidores, a saber: Diogo, Miguel, Margareth e Carlos (doc. SEI 0566585). Ocorre que os documentos seguintes se prestam a demonstrar a inscrição de 05 (cinco) servidores, incluindo o Sr. Yuri Lopes de Mello. Diante disso, requer o ajuste da peça inicial que especifica a demanda, **a fim de que nela conste o quantitativo correto de profissionais que participarão do citado evento.**

Ademais, observa-se que não foi trazido aos autos os elementos que comprovam a **consulta da situação da empresa a ser contratada quanto à eventual aplicação de sanção administrativa por entes vinculados à Administração Pública.** Neste sentido, sugere-se a remessa à Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações - DCCL para o cumprimento da exigência constante do artigo 65, VII da Lei Estadual nº 9.433/05.

Por fim, imperioso mencionar que, embora tenha havido a indicação da FUNDAÇÃO GORCEIX como pretensa contratada, não há nos autos qualquer elemento que permita a vinculação da referida pessoa jurídica ao evento cujas inscrições são aqui solicitadas. Em consulta ao site do evento (<https://www.even3.com.br/seminario-nacional-de-direito-do-patrimonio-cultural/>) não se identificou qualquer menção à citada Fundação como sendo a responsável pela organização do evento. De igual modo, a proposta vinculada ao processo não é capaz de estabelecer tal associação, não sendo possível identificar a qual organização está vinculado seu subscritor, o Sr. Carlos Magno (doc SEI. 0573596).

Nestes termos, e considerando a necessidade de regular instrução processual, requer a juntada de **elementos que comprovem a vinculação da pessoa jurídica a ser beneficiada pelo repasse de recursos com o objeto pretendido no presente expediente.**

Cumprе ressaltar que a indispensável justificativa que sedimenta a pretensa contratação é eminentemente técnica, não cabendo a esta unidade consultiva se imiscuir nas razões que impulsionam a realização do presente procedimento de inexigibilidade. Os apontamentos, no entanto, visam contribuir para a instrução processual, resguardando os interesses deste MPBA.

Haja vista os termos supra mencionados, encaminhe-se o expediente ao Núcleo de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural-NUDEPHAC para análise e providências, com a sugestão de posterior remessa à Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações - DCCL para a devida consulta da situação da empresa quanto à eventual aplicação de sanção administrativa por entes vinculados à Administração Pública.

Em seguida, retorne-se, para exame e parecer.

Salvador, data da assinatura eletrônica.

**Belª. Maria Paula Simões Silva**  
Assessora de Gabinete/SGA  
Mat. 355.047

**Belª. Carla Baião Dultra**  
Oficial Administrativo II  
Apoio processual ATJ/SGA



Documento assinado eletronicamente por **Maria Paula Simoes Silva** em 08/02/2023, às 11:08, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



Documento assinado eletronicamente por **CARLA BAIÃO DULTRA** em 08/02/2023, às 11:59, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0579808** e o código CRC **97C41DA0**.



À  
Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP,

## **CARTA DE ANUÊNCIA**

Pelo presente instrumento, a **FUNDAÇÃO GORCEIX**, entidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e de assistência social, com sede à Rua Carlos Walter Marinho Campos, nº 57, Vila Itacolomy, em Ouro Preto /MG, inscrita no CNPJ sob o nº 23.063.118/0001-64, declara sua anuência em executar, de acordo com o Plano de Trabalho apresentado a gestão do projeto intitulado “ **SEMINÁRIO NACIONAL DE DIREITO DO PATRIMÔNIO CULTURAL** “, para a Universidade Federal de Ouro Preto, sob coordenação do Prof Dr. Carlos Magno de Souza Paiva.

Para tal será cobrado, a título de Taxa Administração do Convênio, o percentual de 10% do valor do projeto.

Ouro Preto, 07 de Novembro de 2022.



**Reinaldo Otávio Alves de Brito Pinheiro**  
Superintendente



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## MANIFESTAÇÃO

À Assessoria Jurídica

Em atenção ao quanto mencionado no despacho (0579808), que informa que no Ofício inaugural dos autos menciona a necessidade de inscrição de 04 (quatro) servidores, a saber: Diogo, Miguel, Margareth e Carlos. Na verdade menciona a necessidade de 05(cinco) inscrições, contando com a da Exm<sup>a</sup> Promotora de Justiça, Dra. Eduvirges Ribeiro Tavares (doc. SEI 0566585). Ocorre que, Dra. Eduvirges Ribeiro, Coordenadora do Nudephac informa que se encontra inscrita (0569223) e posteriormente, o Coordenador do Ceama, ordenador de despesa do Nudephac, Dr. Yuri Lopes de Mello manifesta interesse em participar do referido Seminário. Mantendo o mesmo quantitativo no total de **cinco profissionais, que participarão do citado evento.**

Ademais, conforme anexo informamos a carta de anuência (0586474), que permita a vinculação da referida pessoa jurídica ao evento cujas inscrições são solicitadas.

À disposição para maiores esclarecimentos.

Atenciosamente.



Documento assinado eletronicamente por **Marta Conceicao da Paixao S. Araujo Ribeiro** em 13/02/2023, às 16:53, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0586478** e o código CRC **E73F30A2**.





MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

### DESPACHO

Retorne-se o presente expediente à **CEAMA** informando ausência de contrato social para identificar os sócios da empresa contratada afim de ser realizada a consulta de idoneidade do (s) respectivo (s) sócio (s).

Orientamos, ainda, que **os novos documentos deverão ser incluídos após o despacho desta Coordenação e que os documentos a serem retificados não sejam excluídos do expediente** de modo a preservar o histórico documental dos documentos anexados ao processo, pois os mesmos são objeto de análise e manifestação de outras unidades administrativas.

Após realização dos ajustes identificados, retorne a esta Unidade.

Milena Mª Cardoso do Nascimento  
Assistente Técnico-Administrativo  
Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios  
Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações



Documento assinado eletronicamente por **Milena Maria Cardoso do Nascimento** em 14/02/2023, às 08:34, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0586861** e o código CRC **78299698**.



## ESTATUTO FUNDAÇÃO GORCEIX

### Capítulo I

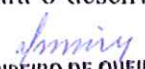
#### *DA DENOMINAÇÃO, REGIME JURÍDICO, SEDE, FINS E DURAÇÃO*

Art. 1º - A FUNDAÇÃO GORCEIX, entidade jurídica de direito privado sem finalidade lucrativa, tem sua sede e foro na cidade de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais, e se regerá pelo presente Estatuto e pela legislação que lhe for aplicada, com observância aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Parágrafo Único - Neste Estatuto, as designações FUNDAÇÃO GORCEIX, Fundação e FG se equivalem.

Art. 2º - A FUNDAÇÃO GORCEIX tem por finalidades:

- I. Promover assistência social, beneficente e educacional, prioritariamente, aos estudantes da Escola de Minas de Ouro Preto;
- II. Promover o acesso dos alunos da Escola de Minas a estágios profissionalizantes, bem como colaborar com a inserção dos formandos dessa Escola no mercado de trabalho;
- III. Conceder bolsas de estudos destinadas ao aprimoramento cultural e técnico de estudantes e de engenheiros dedicados à geologia, à mineração, à preparação dos minérios, à siderurgia e à metalurgia em geral, e aos demais alunos dos diversos cursos da Escola de Minas;
- IV. Promover a complementação, a expansão e o aperfeiçoamento da educação cultural e da formação profissional, dos alunos dos diversos cursos da Escola de Minas;
- V. Apoiar, técnica e financeiramente, os programas e projetos acadêmicos de ensino, pesquisa e extensão da Escola de Minas;
- VI. Colaborar com os poderes públicos, sempre que solicitada, no exame, estudo e na solução de questões técnicas, econômicas e científicas;
- VII. Colaborar com estudos e pesquisas que contribuam para o desenvolvimento dos conhecimentos científico e tecnológico nos domínios abrangidos pelos diversos cursos da Escola de Minas;
- VIII. Cooperar para que sejam atendidas as necessidades das indústrias mineral e metalúrgica, quer quanto ao suprimento por pessoal técnico de alta qualidade e mão-de-obra especializada, quer quanto à solução de seus problemas técnicos e econômicos;
- IX. Exercer função educativa constante no sentido da utilização racional das riquezas minerais do País, buscando os meios para o desenvolvimento

  
TELMA RIBEIRO DE QUEIRÓZ  
ASSESSORIA JURÍDICA  
FUNDAÇÃO GORCEIX



**Em branco**  
**RTDPJ Ouro Preto**

estudos que atendam às necessidades do setor público no planejamento da política mineral e do setor privado no estabelecimento e desenvolvimento das indústrias mínero-metalúrgicas;

- X. Realizar pesquisas científicas no campo das ciências geológica, mineral e metalúrgica, voltadas para a solução dos problemas da identificação, da localização, da extração, do beneficiamento, do tratamento e da aplicação dos recursos minerais do País;
- XI. Apoiar a permanência da Escola de Minas da Universidade Federal de Ouro Preto, como centro de excelência, reforçando o aperfeiçoamento da formação profissional e cultural dos seus alunos e implementar ações de impacto econômico, ambiental e social que contribuam para o desenvolvimento e o progresso do País.

**Art. 3º** - Para atender às suas finalidades a FUNDAÇÃO GORCEIX poderá:

- I. Promover a assistência social, médica, odontológica e psicossocial, prioritariamente, aos estudantes da Escola de Minas, podendo, sem prejuízo de tal assistência, conceder, também, tais benefícios aos demais alunos da Universidade Federal de Ouro Preto;
- II. Facilitar o acesso do aluno da Escola de Minas a material bibliográfico de qualidade;
- III. Ofertar à comunidade cursos de aprimoramento voltados ao atendimento de demandas específicas de empresas privadas ou entidades públicas;
- IV. Criar ou apoiar centros de documentação bibliográfica e multimídia, para sistematização e divulgação do conhecimento científico e da inovação tecnológica;
- V. Destinar, prioritariamente, as bolsas de estudos, parciais ou integrais, para o aprimoramento técnico, científico, humanístico e cultural, aos alunos da Escola de Minas, podendo ampliar tal ajuda a estudantes de outros cursos da Universidade Federal de Ouro Preto;
- VI. Prestar serviço de consultoria técnica e assessoria tecnológica e gerencial para formatação, disponibilização e desenvolvimento de produtos e processos industriais;
- VII. Facilitar a divulgação do conhecimento científico em congressos, simpósios, conferências, seminários, debates e contribuir para o financiamento de publicações, revistas, livros técnicos e outros meios de comunicação;
- VIII. Operar laboratórios especializados e centros de pesquisa para o desenvolvimento e suporte tecnológico de projetos e estudos contratados com empresas privadas ou públicas;
- IX. Outorgar prêmios, medalhas e lauréis a alunos, professores, técnicos ou pesquisadores que se destaquem ou façam contribuições científicas relevantes;

*Assinatura*  
TELMA RIBEIRO DE QUEIROZ  
ASSESSORIA JURÍDICA  
FUNDAÇÃO GORCEIX



Em branco  
RTDP Ouro Preto



- X. Firmar convênios e contratos e articular-se, pela forma conveniente, com órgãos ou entidades, públicos ou privados, c/ou com profissionais e técnicos especializados;
- XI. Adotar procedimentos para gerar, desenvolver e transferir conhecimento científico e tecnológico nos setores mineral, metalúrgico e demais áreas de atuação da Escola de Minas da UFOP;
- XII. Promover a interação entre ex-alunos, alunos, professores e amigos da Escola de Minas, visando à preservação dos valores herdados do seu fundador, Henri Gorceix, *ciência, trabalho, ética e solidariedade*, consubstanciados no dístico “*cum mente et malleo*”.

Art. 4º - A duração da FUNDAÇÃO GORCEIX será por tempo indeterminado.

## Capítulo II

### DO PATRIMÔNIO E DAS RECEITAS

Art. 5º- O patrimônio da FG é constituído pela dotação inicial integralizada em sua constituição, pelos bens obtidos por aquisição, pelos direitos e por outros bens a ela doados.

Art. 6º- Constituem ainda patrimônio da Fundação:

I. Sub-rogações e legados, subvenções e auxílios que lhe venham a ser feitos por pessoa física ou por pessoa jurídica, nacional ou estrangeira;

II. Os resultados favoráveis de exercícios, deduzidas as eventuais obrigações.

§1º- Dependerão de aprovação do Conselho Curador e de autorização do Ministério Público (Curadoria de Fundações) a aceitação de doações e legados com encargo e a contratação de empréstimos e financiamentos, por exercício fiscal, de valores acima de 5% (cinco por cento) individual ou 20% (vinte por cento) acumulado, da receita bruta anual do exercício anterior;

§2º- A contratação de empréstimos e financiamentos de valores abaixo dos limites fixados, para os casos especificados no parágrafo primeiro do presente artigo, dependerão de aprovação do Conselho Diretor.

Art. 7º - Constituem rendas da Fundação:

I. Rendas provenientes dos resultados de suas atividades;

II. Usufrutos e fideicomissos que lhe forem constituídos;

III. Rendas provenientes de títulos, ações ou ativos financeiros de sua propriedade ou operações de crédito;

IV. Juros bancários e outras receitas de capital;

V. Contribuições de pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras;

*Assinatura*  
TELMA RIBEIRO DE QUEIROZ  
ASSESSORIA JURÍDICA  
FUNDAÇÃO GORCEIX



Em Branco  
RTDPJ Ouro Preto

- VI. Subvenções, dotações, contribuições e outros auxílios estipulados em favor da Fundação pela Administração Pública direta ou indireta;
- VII. Rendimentos próprios dos imóveis que possuir;
- VIII. Doações e legados;
- IX. Remuneração por serviços prestados;
- X. Outras rendas eventuais.

§1º- Para a realização dos serviços a que se refere o inciso IX deste artigo, poderão ser contratados profissionais ou empresas especializadas.

§2º- É vedada a distribuição de qualquer parcela do patrimônio ou dos rendimentos da Fundação, sob qualquer forma, a título de participação no resultado.

§3º- Os bens pertencentes à Fundação não poderão ter destinação que contrarie os objetivos estatutários.

Art. 8º - A alienação e a cessão gratuita ou onerosa de direitos reais relativos aos bens imóveis de titularidade da Fundação dependerão de aprovação do Conselho Curador e autorização do Ministério Público, respeitada a legislação vigente.

§1º- A alienação e a cessão gratuita ou onerosa de bens móveis, cujo valor exceda a 1% (um por cento) da receita bruta da Fundação no exercício anterior, dependerão de aprovação do Conselho Curador e autorização do Ministério Público.

§2º- A alienação e a cessão gratuita de bens móveis, abaixo do limite fixado no parágrafo primeiro, dependerão de aprovação do Conselho Diretor.

Art. 9º- Constituem rendimentos extraordinários da Fundação os originados da participação em atividades de pesquisa que resultem em direitos autorais, *royalties*, marcas, patentes e similares, na forma da legislação em vigor.

Art. 10 - Rendas, recursos e eventual resultado operacional da Fundação serão aplicados integralmente no território nacional, visando à manutenção e ao desenvolvimento de seus objetivos institucionais.

### Capítulo III

#### DA ESTRUTURA ORGÂNICA

Art. 11 - A estrutura orgânica da FG é constituída por:

- I. Conselho Consultivo;
- II. Conselho Curador;
- III. Conselho Fiscal;
- IV. Conselho Diretor;
- V. Presidência Executiva.

*Yelma*  
YELMA RIBEIRO DE QUEIROZ  
ASSESSORIA JURÍDICA  
FUNDAÇÃO GORCEIX





**Em branco**  
**RTDPJ Ouro Preto**

§1º- A Presidência Executiva será a responsável direta pela administração da Fundação, devendo representar a Instituição, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente.

§2º- A Presidência Executiva será designada pelo Conselho Curador, ouvido o Conselho Diretor e terá mandato coincidente com o do Conselho Diretor, permitida a recondução.

§3º- A Presidência Executiva contará com o apoio de uma estrutura administrativa, composta por até 03 (três) Superintendências.

§4º- A Presidência Executiva poderá ser remunerada, por atuar, efetivamente, na gestão executiva da Fundação, e, deverá possuir vínculo com a Instituição, na forma da Lei.

**Art. 12** - Os membros dos Conselhos da Fundação e o Presidente Executivo serão empossados mediante assinatura de termo de posse e compromisso, em documento próprio.

**Art. 13** - Os membros dos Conselhos não serão remunerados nem receberão vantagens pelo desempenho de suas funções, que se considera múnus público, e não responderão pelas obrigações da Fundação.

§1º- Os integrantes dos Conselhos Curador, Diretor, Fiscal e Presidência Executiva não responderão pelas obrigações da Fundação, exceto quando agirem com culpa ou dolo ou, ainda, com violação da lei ou do Estatuto.

§2º- Responderão, ainda, solidariamente, por todos os atos praticados pelo órgão que integram, salvo se posição individual divergente estiver devidamente fundamentada e registrada em documento próprio.

#### **Capítulo IV**

##### ***DO CONSELHO CONSULTIVO***

**Art. 14** - O Conselho Consultivo da FG é o órgão de interação com os setores acadêmico, produtivo, público e de ligação com os pesquisadores e profissionais das áreas abrangidas por suas finalidades.

**Parágrafo Único** - O Conselho Consultivo será presidido pelo Presidente do Conselho Curador da Fundação e, em caso de ausência ou impedimento, será ele substituído na forma do inciso IV, do parágrafo único, do artigo 24.

**Art. 15** – Integram o Conselho Consultivo:

I. As pessoas físicas e os representantes das pessoas jurídicas que fizeram doações especiais de bens livres para a criação da Fundação e que subscreveram a Ata da Assembléia Geral de sua Constituição;

II. As pessoas físicas, os representantes das pessoas jurídicas e das entidades ou organizações legalmente constituídas, que tenham feito doações de bens

TELMA RIBEIRO DE QUEIROZ  
ASSESSORIA JURÍDICA  
FUNDAÇÃO GORGEIX



Em branco  
RTDPJ Ouro Preto

livres ou com destacada atuação em benefício da Fundação, assim reconhecidos pela Assembléia Geral, até a data de aprovação do Estatuto de Constituição da Fundação;

III. O Reitor da Universidade Federal de Ouro Preto, o Diretor da Escola de Minas, 02 (dois) representantes do corpo docente e os representantes do corpo discente, em número igual ao dos cursos de graduação ministrados na Escola de Minas.

§1º- Os representantes do corpo docente da Escola de Minas serão indicados pelo Conselho Departamental daquela Instituição e terão mandato de 04 (quatro) anos, sem direito a recondução.

§2º- Os representantes do corpo discente serão eleitos pelas entidades representativas de cada curso da Escola de Minas, legalmente constituídas, com mandato de 02 (dois) anos, sem direito a recondução.

Art. 16- Integram, ainda, o Conselho Consultivo, todos aqueles que, a juízo do Conselho Curador:

- I. Fizerem doação de monta à Fundação;
- II. Se distinguirem por trabalhos ou serviços consideráveis em prol da FG;
- III. Se destacarem por seu notório saber ou pela alta relevância do seu comportamento profissional, moral ou social;
- IV. Tenham revelado qualidades excepcionais durante os cursos mantidos pela Escola de Minas ou pela Fundação.

Parágrafo Único - Os Membros indicados pelo Conselho Curador na forma dos incisos I a IV do presente artigo terão mandato pelo prazo de 04 (quatro) anos, admitida 01 (uma) recondução.

Art. 17- O Conselho Consultivo se reunirá ordinariamente uma vez por ano e, extraordinariamente, toda vez que for convocado de forma regular.

Parágrafo Único - O Conselho Consultivo poderá, sempre que necessário, ser convocado extraordinariamente por um terço de seus membros ou pelo Presidente do Conselho Curador da Fundação.

Art. 18 - As reuniões referidas no artigo anterior se efetivarão:

- I. Em primeira convocação, com a presença de, no mínimo, metade dos seus membros, desde que, com antecedência mínima de dez dias, tenham sido feitas as comunicações por meio eletrônico ou postal;
- II. Observadas as exigências do inciso anterior e não havendo número para reunião em primeira convocação, o Conselho Consultivo se reunirá em segunda convocação, com qualquer número de seus membros, no mesmo dia e local, 30 (trinta) minutos após a hora marcada para a primeira.

*Assinatura*  
TELMA RIBEIRO DE QUEIRÓZ  
ASSESSORIA JURÍDICA  
FUNDAÇÃO GORCEIX



Em branco  
RTDPJ Ouro Preto



**Art. 19 - Compete ao Conselho Consultivo:**

- I. Conhecer o balanço geral e o relatório sobre todas as atividades da Fundação no exercício findo e eventuais alterações estatutárias;
- II. Sugerir estratégias de crescimento para a Fundação e viabilizar contatos com empresas, instituições e órgãos públicos e privados;
- III. Sugerir atividades de pesquisa e a formatação de novos projetos para serem implementados pela Fundação;
- IV. Colaborar com os Órgãos da Administração na prospecção de novas fontes de recursos para a Fundação.

**Art. 20 -** As entidades e pessoas jurídicas serão representadas pelo titular do cargo de direção, qualificado pelo representado mediante notificação escrita ao Presidente do Conselho Curador da Fundação, ou por procurador legalmente indicado na forma de seus estatutos, atos constitutivos ou contrato social; as pessoas físicas poderão ser representadas por procurador devidamente constituído, vedada a transmissão do cargo de conselheiro por sucessão ou a terceiros a qualquer título.

**Parágrafo Único -** Nas votações do Conselho Consultivo, caberá um voto a cada membro, e ao Presidente, o voto de qualidade em caso de empate de votação.

**Art. 21 -** Em qualquer deliberação do Conselho Consultivo, o membro presente votará por si e por, no máximo, dois outros membros que esteja representando, sendo vedado o sub-estabelecimento ou a sub-rogação do mandato para terceiros.

## **Capítulo V**


### **DO CONSELHO CURADOR**

**Art. 22 -** O Conselho Curador é o órgão superior de deliberação da Fundação, sendo presidido por um de seus membros, eleito pelos seus pares.

**Art. 23 -** O Conselho Curador é constituído de 12 (doze) Membros efetivos, sendo:

- 05 (cinco) eleitos pelo próprio Conselho Curador, para mandato de 04 (quatro) anos;
- 07 (sete) membros indicados na forma de legislações específicas, sendo:
  - 05 (cinco), com mandato de 04 (quatro) anos, dentre os quais, 01 (um) representante de entidades científicas, empresariais ou profissionais, sem vínculo com Universidades; e,
  - 02 (dois) que deverão pertencer:

01 (um) ao quadro docente da Escola de Minas, indicado pelo Conselho Departamental, com mandato de 04 (quatro) anos; e,

  
TELMA RIBEIRO DE QUEIRÓZ  
ASSESSORIA JURÍDICA  
FUNDAÇÃO GORCEIX



Em branco  
RTDPJ Ouro Preto

01 (um) do corpo discente, também da Escola de Minas, eleito pelas entidades representativas, legalmente constituídas, com mandato de 02 (dois) anos.

§1º- A eleição e a indicação de que trata o presente artigo serão efetivadas 30 (trinta) dias antes do vencimento dos respectivos mandatos.

§2º- É permitida apenas 01 (uma) recondução a todos os Membros integrantes do presente Conselho.

§3º- As vagas que se verificarem deverão ser preenchidas por proposição e a critério do próprio Conselho Curador, para complementação do mandato do(s) membro(s) substituído(s), devendo, para tanto, ser(em) escolhido(s) dentre os nomes que compuseram o elenco já apresentado para escolha, por ocasião da última eleição, e de conformidade com a legislação específica.

§4º- A indicação dos membros do Conselho Curador será definida no Regimento Interno, sendo que, dentre os nomes indicados na forma das referidas legislações, 02 (dois) deverão ser sempre representantes da Escola de Minas, conforme definido no caput do presente artigo, em função da natureza de Assistência Social da Fundação Gorceix.

§5º- Os membros eleitos e indicados tomarão posse na presença do Presidente do próprio Conselho.

§6º- Perderá o mandato o integrante do Conselho Curador que faltar a 03 (três) reuniões consecutivas ou a 05 (cinco) alternadas.

**Art. 24 - Compete ao Conselho Curador:**

- I. Eleger seus próprios membros, dentre cidadãos de ilibada reputação e identificados com as finalidades da Fundação;
- II. Traçar as diretrizes da Fundação e zelar pelo cumprimento de seus objetivos institucionais, pela sua estabilidade econômica e financeira, bem como pelo seu patrimônio;
- III. Deliberar sobre o orçamento anual, bem como sobre programas de trabalho;
- IV. Deliberar sobre a prestação anual de contas, após parecer do Conselho Fiscal;
- V. Indicar, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do término do mandato do Conselho Diretor, 10 (dez) nomes de candidatos para a eleição daquele Conselho, nos termos do inciso I, do artigo 32;
- VI. Autorizar a alienação, o arrendamento ou o gravame dos bens móveis ou imóveis, ou a negociação de bens e direitos da Fundação e a aceitação de legados e doações com ônus;
- VII. Eleger e dar posse aos membros do Conselho Fiscal;

*Assinatura*  
TELMA RIBEIRO DE QUEIROZ  
ASSESSORIA JURÍDICA  
FUNDAÇÃO GORCEIX





Em branco  
RTDPJ Ouro Preto

- VIII. Nomear e destituir o Presidente Executivo da Fundação, mediante aprovação de 2/3 (dois terços) de seus Membros;
- IX. Fixar a remuneração do Presidente Executivo, conforme legislação vigente compatível com o mercado de trabalho, obedecendo-se as diretrizes e critérios do Plano de Desenvolvimento de Recursos Humanos da Fundação;
- X. Solicitar o exame das contas da Fundação por auditor independente, quando julgar necessário;
- XI. Indicar membros para o Conselho Consultivo em conformidade com o previsto no artigo 16 deste Estatuto;
- XII. Aprovar, em conjunto com o Conselho Diretor, as propostas de alterações estatutárias com a devida anuência e aprovação do Ministério Público – Promotoria de Tutela de Fundações;
- XIII. Aprovar o Regimento Interno da Fundação e suas alterações, observada a legislação vigente;
- XIV. Resolver todos os assuntos que não estiverem regulados em lei, neste Estatuto, ou não forem de competência de outro órgão.

**Parágrafo Único** – É atribuição do Presidente do Conselho Curador:

- I. Fazer a interlocução do colegiado com a instância executiva da Fundação;
  - II. Convocar, quando necessário, o Presidente Executivo e o(s) Superintendente(s) da Fundação para as reuniões do Conselho Curador ou, a qualquer momento, para prestar esclarecimentos;
  - III. Presidir o Conselho Consultivo na forma do parágrafo único do artigo 14;
  - IV. Designar o seu substituto em suas eventuais ausências.
- Art. 25** - O Conselho Curador reunir-se-á, ordinariamente, 02 (duas) vezes por ano, 01 (uma) vez em cada semestre e, extraordinariamente, sempre que convocado por seu próprio Presidente ou por um terço de seus membros, ou ainda, pela maioria absoluta dos integrantes do Conselho Fiscal.
- §1º**- As reuniões do Conselho Curador serão convocadas com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, mediante correspondência pessoal, fax ou correio eletrônico, com indicação da pauta a ser tratada.
- §2º**- As reuniões serão instaladas, em primeira convocação, com a presença mínima de dois terços de seus membros e, em segunda convocação, 30 (trinta) minutos após a primeira, com a presença da maioria absoluta de seus integrantes.
- §3º** - As decisões serão tomadas pela maioria simples dos membros presentes, ressalvadas aquelas que exijam maiorias especiais, como definido neste Estatuto ou na Lei.

*Handwritten signature*  
TELMA RIBEIRO DE QUEIROZ  
ASSESSORIA JURÍDICA  
FUNDAÇÃO GORCEIX



Em branco  
RTDPJ Ouro Preto

§4º- Em qualquer deliberação deste Conselho caberá um voto a cada membro presente, admitida apenas 01 (uma) representação, vedado o substabelecimento ou a sub-rogação do mandato para terceiros.

## Capítulo VI

### DO CONSELHO FISCAL

Art. 26 - O Conselho Fiscal, órgão de fiscalização permanente da Fundação, será composto de 03 (três) membros efetivos e igual número de membros suplentes, todos eleitos pelo Conselho Curador para mandato de 04 (quatro) anos, permitida uma recondução.

§1º- O mandato do Conselho Fiscal será coincidente com o mandato do Conselho Diretor.

§2º- Serão eleitos membros aqueles que obtiverem a maioria simples dos votos do Conselho Curador.

§3º- Os membros efetivos do Conselho Fiscal elegerão, entre si, o seu Presidente.

§4º- A eleição dos novos membros do Conselho Fiscal deverá ocorrer no mínimo 30 (trinta) dias antes do término dos mandatos dos conselheiros em final de exercício.

§5º- O Conselho Fiscal reunir-se-á por ocasião do fechamento do balancete semestral e do balanço anual ou, sempre que convocado pelo seu Presidente, ou por 02 (dois) Conselheiros Efetivos, ou, ainda, pelo Conselho Curador e/ou Diretor e suas decisões serão tomadas por maioria de votos.

§6º- A convocação para as reuniões será feita com antecedência de 03 (três) dias, por correspondência, fax ou correio eletrônico, indicando a pauta a ser tratada.

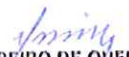
§7º- Na hipótese de indícios de irregularidades na Fundação, o Conselho Fiscal poderá solicitar a realização de serviço de auditoria independente, para apuração dos fatos, através de solicitação encaminhada ao Conselho Curador.

Art. 27 - Um conselheiro suplente substituirá o efetivo nas reuniões a que este não puder comparecer, cabendo-lhe, outrossim, ocupar o cargo em caso de vacância, completando o tempo de mandato do substituído.

Parágrafo Único - Ocorrendo vaga entre os membros suplentes do Conselho Fiscal, o Conselho Curador providenciará a eleição de substituto por ocasião de sua próxima reunião.

Art. 28 - Compete ao Conselho Fiscal:

- I. Examinar os livros e documentos contábeis, a situação do caixa e os valores dos depósitos bancários e aplicações financeiras;

  
TELMA RIBEIRO DE QUEIROZ  
ASSESSORIA JURÍDICA  
FUNDAÇÃO GORCEIX



Em branco  
RTDPJ Ouro Preto

Em branco  
Ouro Preto



- Art. 29** - Fica vedada a participação dos membros do Conselho Fiscal nos demais órgãos da Fundação.

## DO CONSELHO DIRETOR

- §3º- Em caso de vacância no Conselho Diretor, será escolhido, pelo próprio Conselho, um dos membros suplentes, eleitos na forma do caput deste artigo, para complementação do mandato em vigor.

- IV. Autorizar, à vista de proposta do Presidente Executivo, a abertura de créditos adicionais;

*Aming*  
**TELMA RIBEIRO DE QUEIROZ**  
**ASSESSORIA JURÍDICA**  
**FUNDAÇÃO GORCEIX**



[illegible]

- V. Fixar normas para movimentação financeira;
- VI. Aprovar o quadro de cargos e salários e suas alterações, bem como fixar diretrizes sobre vantagens, diárias e demais concessões remuneratórias;
- VII. Indicar, ouvido o Presidente Executivo, até o máximo de 03 (três), o número de Superintendências necessárias à boa gestão da FG;
- VIII. Aprovar o(s) nome(s) indicado(s) para ocupar o(s) cargo(s) de Superintendente(s), e deliberar, à vista de proposta do Presidente Executivo da Fundação, sobre a suspensão ou afastamento de Superintendente(s);
- IX. Autorizar o remanejamento das áreas operacionais entre as Superintendências, à vista de proposta do Presidente Executivo;
- X. Deliberar sobre as questões de relevância para a realização de cursos, serviços, instalações e trabalhos destinados ao estudo e à pesquisa científica e técnica;
- XI. Conhecer e encaminhar a proposta orçamentária do exercício seguinte ao Conselho Curador para aprovação, na forma do artigo 44;
- XII. Deliberar sobre a guarda, aplicação e movimentação de bens da FG, inclusive sobre as aplicações e disponibilidades financeiras;
- XIII. Aprovar normas operacionais e administrativas da Fundação, propostas pela Presidência Executiva;
- XIV. Encaminhar ao Conselho Fiscal o balanço e a prestação de contas anual, devendo este, apreciar e emitir parecer a ser encaminhado ao Conselho Curador em tempo hábil para sua publicação;
- XV. Encaminhar ao Conselho Curador, para análise e aprovação, o Balancete Semestral e o Balanço Anual, acompanhados dos respectivos Relatórios de Atividades e Pareceres emitidos pelo Conselho Fiscal;
- XVI. Aprovar, em conjunto com o Conselho Curador, as propostas de alterações estatutárias;
- XVII. Solicitar ao Conselho Curador o afastamento e/ou destituição do Presidente Executivo, mediante deliberação de 2/3 (dois terços) dos Membros deste Conselho.

**Parágrafo Único - É atribuição do Presidente do Conselho Diretor:**

- I. Convocar e presidir o Conselho nas reuniões ordinárias e extraordinárias que se fizerem necessárias;
- II. Convocar, quando necessário, o Presidente Executivo e o(s) Superintendente(s) da Fundação para as reuniões do Conselho Diretor ou, a qualquer momento, para prestar esclarecimentos;
- III. Fazer a interlocução entre o Conselho Diretor e o Conselho Curador;

TELMAR RIBEIRO DE QUEIROZ  
ASSESSORIA JURÍDICA  
FUNDAÇÃO GORCEIX





Em branco  
RTDPJ Ouro Preto

IV. No caso de ausências e/ou impedimentos, designar o seu substituto entre os membros do Conselho Diretor para dirigir reuniões, eventualmente, agendadas.

Art. 33- O Conselho Diretor se reunirá, ordinariamente, a cada trimestre e, extraordinariamente, sempre que convocado por seu Presidente ou por pelo menos um terço de seus membros.

Parágrafo Único – As reuniões serão convocadas com antecedência mínima de 03 (três) dias, por correio eletrônico, telefone ou correspondência, com pauta dos assuntos a serem tratados.

Art. 34 - As reuniões do Conselho Diretor ocorrerão com a presença do seu Presidente e de, no mínimo, 02 (dois) membros, vedado o instituto da representação, devendo as deliberações serem tomadas por maioria simples de votos, tendo o Presidente, além do seu, o voto de qualidade, em caso de empate.

Art. 35 - A falta não justificada, a critério do Conselho Diretor, de qualquer dos membros, a 02 (duas) reuniões consecutivas ou a 04 (quatro) não consecutivas importará na perda do mandato.

#### **DA PRESIDÊNCIA EXECUTIVA**

Art. 36 - Compete ao Presidente Executivo da Fundação:

- I. Propor programas de trabalho e supervisionar a implementação e execução dos que forem aprovados pelos Conselhos Curador e Diretor;
- II. Fiscalizar a aplicação dos recursos da Fundação;
- III. Atender às convocações dos conselhos da Fundação;
- IV. Coordenar e supervisionar as atividades administrativas da Fundação;
- V. Indicar ao Conselho Diretor, até o limite de 03 (três), o número de Superintendências necessárias ao bom desempenho administrativo da Fundação;
- VI. Fixar as áreas operacionais de cada Superintendência;
- VII. Propor ao Conselho Diretor a admissão e demissão de Superintendente(s);
- VIII. Designar que um Superintendente substitua outro em seus impedimentos ou ausências, ou indicar substituto temporário;
- IX. Suspender o(s) Superintendente(s), se isto se impuser, até deliberação do Conselho Diretor;
- X. Apresentar ao Conselho Diretor o balancete semestral, acompanhado do relatório dos trabalhos realizados ou em realização;
- XI. Supervisionar a elaboração da prestação de contas anual e do relatório dos trabalhos realizados no exercício findo, bem como da proposta orçamentária, submetendo-os à apreciação do Conselho Diretor;
- XII. Solicitar ao Conselho Diretor a abertura de créditos adicionais;

Em branco  
RTDPJ Ouro Preto

- XIII. Autorizar a execução dos planos de trabalho aprovados pelo Conselho Diretor, observadas as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Curador;
- XIV. Autorizar a transferência de dotações orçamentárias de acordo com as normas fixadas pelo Conselho Diretor;
- XV. Representar legalmente a Fundação em juízo ou fora dele.

**Parágrafo Único** - O Presidente Executivo será substituído, em suas ausências, pelo Presidente do Conselho Diretor.

## **Capítulo VIII**

### **DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA**

**Art. 37-** A Estrutura Administrativa da Fundação será composta por até 03 (três) Superintendência(s).

§1º- Os integrantes da Estrutura Administrativa da Fundação são os responsáveis pelo planejamento das atividades financeiras, patrimoniais, trabalhistas e demais assuntos que lhe forem delegados pela Presidência Executiva.

§2º- É vedado aos integrantes da Estrutura Administrativa da Fundação a participação na qualidade de membro de qualquer dos seus Conselhos.

**Art. 38** - Os ocupantes do cargo da Estrutura Administrativa terão seus contratos regidos pela CLT, na forma da Lei.

### **DA(S) SUPERINTENDÊNCIA(S)**

**Art. 39** - Compete ao(s) Superintendente(s):

- I. Submeter ao Presidente Executivo da Fundação os projetos de regulamento de serviços;
- II. Promover a execução dos programas de trabalho aprovados pelos Conselhos Curador e Diretor, autorizados pela Presidência Executiva;
- III. Administrar e coordenar o funcionamento da Superintendência de sua responsabilidade;
- IV. Articular e mobilizar recursos humanos, técnicos e materiais necessários ao bom funcionamento de sua respectiva área;
- V. Movimentar depósitos bancários de acordo com as normas fixadas pelo Conselho Diretor;
- VI. Apresentar ao Presidente Executivo, mensalmente, o balancete das contas, acompanhado de informações e relatórios dos trabalhos realizados;
- VII. Apresentar ao Presidente Executivo, em tempo hábil para atendimento à legislação, prestação de contas, balanço geral e relatório circunstanciado das atividades do exercício anterior;

*Elma*  
ELMA RIBEIRO DE QUEIROZ  
ASSESSORIA JURÍDICA  
FUNDAÇÃO GORCEIX



Em branco  
RTDPJ Ouro Preto

Em branco  
RTDPJ Ouro Preto



- VIII. Encaminhar ao Presidente Executivo, em tempo hábil, o programa de trabalho e a proposta orçamentária para o ano seguinte, a ser apresentada ao Conselho Curador, pelo Conselho Diretor;
- IX. Exercer outras atividades correlatas e cumprir a programação estabelecida pelo Presidente Executivo, nos prazos e orçamentos definidos pelo Conselho Diretor.
- X. Comparecer, quando convocado, a todas as reuniões dos Conselhos Curador, Diretor, Fiscal e Consultivo.
- Art. 40 - Os Superintendentes poderão ser convocados, a qualquer momento, para prestar esclarecimentos aos Conselhos Consultivo, Curador, Fiscal e Diretor.

## Capítulo IX

### *DO EXERCÍCIO FINANCEIRO E ORÇAMENTÁRIO*

- Art. 41 - O exercício financeiro da Fundação coincidirá com o ano civil e, ao final de cada exercício, serão feitos o inventário e o balanço geral, com observância das prescrições legais.
- Art. 42 - A Fundação manterá escrituração contábil de suas receitas e despesas, com as formalidades capazes de assegurar a sua exatidão, segundo padrões determinados pela legislação vigente.
- Parágrafo Único - As contas da Fundação, em cada exercício, serão submetidas à análise e parecer de auditoria externa e independente indicada pelo Conselho Curador.
- Art. 43 - Durante o exercício financeiro, poderão ser abertos créditos adicionais, desde que as necessidades da FG o exijam.
- Art. 44 - Antes do final do exercício, o Conselho Diretor encaminhará ao Conselho Curador a proposta orçamentária, detalhada, para o ano seguinte.
- §1º- O Conselho Curador terá prazo, até a data de encerramento do exercício, para discutir, emendar e aprovar a proposta orçamentária, não podendo majorar despesas sem consignar os respectivos recursos.
- §2º- Aprovada a proposta orçamentária, ou findo o prazo fixado no parágrafo anterior, ficará o Presidente Executivo autorizado a realizar as despesas propostas.
- Art. 45 - Para a realização de planos cuja execução exceda a um exercício, as despesas previstas serão aprovadas globalmente, consignando-se, nos orçamentos seguintes, as respectivas dotações.
- Art. 46 - Os resultados do exercício serão lançados à conta de fundos patrimoniais ou especiais, de acordo com o que deliberar o Conselho Curador, para oportuna aplicação, obedecidas as disposições deste Estatuto.

*Assinatura*  
TELMA RIBEIRO DE QUEIROZ  
ASSESSORIA JURÍDICA  
FUNDAÇÃO GORCEIX



Em branco  
RTDPJ Ouro Preto

Em branco  
RTDPJ Ouro Preto

Art. 47 - A prestação anual de contas, já apreciada pelo Conselho Diretor, será encaminhada ao Conselho Fiscal para parecer, no primeiro quadrimestre do ano seguinte e conterá, além de outros elementos elucidativos:

- I. Balanço patrimonial;
- II. Balanço econômico-financeiro;
- III. Demonstrativo de Resultados do Exercício - DRE;
- IV. Comparação entre receita e despesa realizadas e orçadas;
- V. Relatório circunstanciado de atividades;
- VI. Demonstração da origem e aplicação dos recursos;
- VII. Relatório de auditoria externa.

Art. 48 - A FG fará publicar, anualmente, em órgão oficial do Estado, a demonstração da receita obtida e da despesa realizada no exercício anterior.

### Capítulo X

#### DA ALTERAÇÃO DO ESTATUTO

Art. 49 - O Estatuto da Fundação poderá ser alterado ou reformado por proposta do Presidente do Conselho Curador, do Presidente do Conselho Diretor, ou de pelo menos 1/3 (um terço) de integrantes de seus Conselhos Curador e Diretor, desde que:

- I. Seja aprovada em reunião conjunta dos integrantes de seus Conselhos Diretor e Curador, presidida pelo Presidente do Conselho Curador e aprovada, no mínimo, por 2/3 (dois terços) dos votos da totalidade de seus integrantes;
- II. Não contrarie ou desvirtue os fins da Fundação;
- III. Seja aprovada pelo órgão competente do Ministério Público.

### Capítulo XI

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 50 - Os mandatos dos ocupantes dos cargos eletivos se extinguirão na data da posse de seus sucessores e os mandatos dos eleitos para preenchimento de vagas findarão com os dos demais componentes do órgão que integram.

Art. 51 - A destituição de qualquer membro eleito dos Conselhos Consultivo, Curador, Fiscal e Diretor ocorrerá a qualquer tempo, por decisão de dois terços dos integrantes do Conselho Curador, observados os postulados do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa.

Art. 52 - Para as funções de direção da Fundação é vedada a concessão de cargo, função e/ou título vitalício sob qualquer forma.

Art. 53- A FUNDAÇÃO GORCEIX poderá extinguir-se quando se verificar a impossibilidade de sua manutenção, a ilicitude ou a inutilidade de seus fins mediante a decisão de pelo menos quatro quintos da totalidade dos membros.

TELMA RIBEIRO DE OLIVEIRA  
ASSESSORIA JURÍDICA  
FUNDAÇÃO GORCEIX





Em branco  
RTDPJ Ouro Preto

do Conselho Curador e do Conselho Diretor, reunidos em conjunto, especialmente para tal fim, somente em primeira convocação.

§1º- Extinta a FUNDAÇÃO GORCEIX, o patrimônio remanescente será destinado à Escola de Minas.

§2º- O Órgão competente do Ministério Público deverá ser notificado, pessoalmente, de todas as fases do procedimento de extinção da Fundação.

**Art. 54** - A Fundação não remunerará, por qualquer forma ou título, seus conselheiros, mantenedores, benfeitores ou equivalentes e não lhes concederá vantagens ou benefícios, nem distribuirá lucros ou bonificações, sob qualquer forma ou pretexto.

§1º- A FG poderá custear as despesas com deslocamento e estada dos membros dos seus Conselhos, quando em viagem a serviço da Fundação.

§2º- É vedada a acumulação de cargos nos órgãos da Fundação, exceto no caso de membro do Conselho Consultivo.

**Art. 55**- O titular do Ministério Público, representante da Promotoria de Tutela de Fundações, poderá assistir às reuniões dos Conselhos da Fundação, podendo participar dos debates das matérias em pauta.

**Parágrafo Único** - A FG dará ciência ao Órgão competente do Ministério Público, no prazo mínimo de 48 (quarenta e oito) horas antes da reunião, do dia, hora, local e pauta, designados para suas sessões.

**Art. 56**- A Fundação Gorceix, para fins de manutenção do credenciamento de Fundação de Apoio, junto ao Ministério da Educação – MEC, deverá cumprir a legislação pertinente.

## Capítulo XII

### *DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS*

**Art. 57** - Os Membros integrantes do Conselho Consultivo, anteriormente indicados na forma dos incisos I ao IV do artigo 16 até a presente data, contarão o prazo de seus mandatos de acordo com o Parágrafo Único do artigo 16, ora inserido, no presente Estatuto, a partir da aprovação e registro deste Estatuto.

**Art. 58** - A alteração proposta para nova composição do Conselho Curador somente ocorrerá no caso dos mandatos vigentes, a partir do vencimento dos respectivos mandatos.

**Art. 59** - Para recomposição do número de representantes do Conselho Curador, referentes aos representantes dos Docentes e Discentes da Escola de Minas, deverão os atuais mandatos serem prorrogados até março de 2020.

*almir*  
TELMA RIBEIRO DE QUEIROZ  
ASSESSORIA JURÍDICA  
FUNDAÇÃO GORCEIX



Em branco  
RTDPJ Ouro Preto

**Art. 60** - Para os mandatos dos Membros eleitos ou indicados em 2020, para o Conselho Curador, será contado o mandato de 04 (quatro) e 02 (dois) anos, conforme estabelecido no artigo 23 deste Estatuto.

**Art. 61** - Para os mandatos vencidos em 2022, do Conselho Curador, será estabelecido mandato especial (tampão) de 02 (dois) anos para uniformizar a totalidade dos mandatos do referido Conselho.

**Art. 62** - A partir do vencimento dos mandatos em 2022, o Conselho Diretor será composto por 05 (cinco) membros efetivos, 02 (dois) suplentes, e contará, ainda, com 01 (uma) Presidência Executiva, que será a responsável direta pela administração da Fundação.

**Parágrafo Único** - A Presidência Executiva passará a exercer a Presidência do Conselho Diretor, porém, sem direito a voto nas decisões emanadas deste Conselho.

**Art. 63** - Em face das alterações contidas nas Disposições Transitórias, a Fundação Gorceix deverá providenciar, em 2022, uma nova redação de seu Estatuto, contendo, em seus capítulos próprios, as alterações que serão efetivamente implementadas a partir daquela data, inclusive as novas composições dos Conselhos e área administrativa, e, demais alterações necessárias à sua adequação.

*Handwritten signature*  
**TELMA RIBEIRO DE QUEIROZ**  
ASSESSORIA JURÍDICA  
FUNDAÇÃO GORCEIX

*Handwritten signature*  
**Flávio Jordão Hamacher**  
Promotor de Justiça



Cartório Arruda - Reg. de Títulos e Doc. e Civ. das Pessoas Jur. - Ouro Preto-MG  
Praça Tridantes, nº 62, sala 2, Centro, Ouro Preto-MG, CEP 35400-000  
PROTOCOLONº 30095 - AVERBADO no Livro - A18 Nº 67 - Folha: 234  
05 de Março de 2020. A Oficial: Vanuza do Cássia Arruda

PODER JUDICIÁRIO - T.J.M.G. - CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Títulos e Documentos - Pessoa Jurídica - Ouro Preto-MG

At(s) praticado(s) por: Miana Siqueira Santos - Escrevente

SELO DE CONSULTA: CUK00330

CÓDIGO DE SEGURANÇA: 7008162743036013

Quantidade de atos Praticado(s): 020

Emol: R\$ 231,00, Recomp: R\$ 13,00

TFJR: R\$ 70,51, Valor Final: R\$ 337,00 - ISSQN: 11,00

Cod Dep: 8/01-R19/6001-R1/6418-R1

Consulte a validade deste selo no site: <https://selos.tjmg.jus.br>



SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL  
DEPARTAMENTO DE DEFESA SOCIAL  
COORDENADORIA DE DEFESA SOCIAL

Em branco  
RTDPJ Ouro Preto



## ATA DA CENTÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO

### DO CONSELHO CURADOR

1 Aos três dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e dois, compareceram à reunião  
2 “VIRTUAL”, de caráter ordinário, às 17h15min, conforme convocação expedida no dia 24 de  
3 fevereiro de 2022, via correio eletrônico, os membros do Conselho Curador, a seguir relacionados:  
4 Cloves Otávio Nunes de Carvalho (Presidente); Antônio Eymard Rigobello; Claret Rodrigues da  
5 Cunha; Geraldo de Oliveira Lopes; Guilherme de Oliveira Estrella; Kepler Cavalcante Silva, por si e  
6 representando, por procuração, José Alberto Naves Cocota Júnior; Marconi Tarbes Viana, por si e  
7 representando Orlando Euler de Castro e Paulo Barros Rabelo. Participaram também da reunião,  
8 conforme disposição estatutária, Cristovam Paes de Oliveira, Presidente Executivo da Entidade e  
9 como convidados, Reinaldo Otávio Alves de Brito Pinheiro, Superintendente; Alcione Lúcia dos  
10 Santos, Secretária “ad hoc”. O Presidente do Conselho, Cloves Otávio Nunes de Carvalho, uma vez  
11 constatado o quórum regimental, declarou aberta a sessão, dando boas vindas aos Conselheiros e  
12 demais presentes. Em seguida, justificou a ausência do membro Marcone Jamilson Freitas Souza. Na  
13 sequência, passou-se ao primeiro **item da pauta I. 1 - EXPEDIENTE – Comunicações**. Com a  
14 palavra o Presidente Executivo, Prof. Cristovam Paes de Oliveira, fez um sucinto relato sobre os  
15 principais e recentes acontecimentos ocorridos na FG. Informou que, recentemente, a Gorceix  
16 recebeu um convite da UFOP para atuar como interveniente em uma solicitação de financiamento  
17 junto à FINEP, dentro de um Programa para implantação de um Parque Tecnológico, na antiga  
18 Fábrica de Tecidos de Ouro Preto. Dentro desse contexto, o Presidente Executivo discorreu,  
19 detalhadamente, sobre todos os aspectos e condições estabelecidas para aquele Projeto, que será  
20 executado em parceria com a Prefeitura Municipal de Ouro Preto, Universidade Federal de Ouro  
21 Preto (UFOP) e o Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG). Destacou que o escopo do Programa  
22 será o de apoiar iniciativas/empreendimentos destinados ao desenvolvimento de tecnologias e/ou  
23 processos inovadores, bem como promover a interação entre Universidades, Centros de Pesquisas,  
24 Empresas e Instituições Científicas e Tecnológicas (ICT). Dentro desse contexto, mencionou sobre o  
25 interesse da Gorceix em participar do referido Parque. Ressaltou que a área possui uma estrutura  
26 adequada para crescimento das atividades da FG, tendo em vista fatores limitantes à expansão das  
27 instalações das plantas piloto e laboratórios da Instituição, no campus da Bauxita. Mencionou,  
28 também, que a Gorceix, após a transferência de algumas instalações para a antiga fábrica de tecidos,  
29 pretende implantar, no campus da Bauxita um Sistema de Ensino Técnico de Nível Médio e Cursos  
30 Corporativos dirigidos ao setor minero-metalúrgico. Após algumas observações dos Membros  
31 presentes, o Conselho manifestou-se ciente do assunto exposto. A seguir, passou-se ao **item II. 1 -**  
32 **Elaborar uma lista de 10 (dez) nomes, para encaminhamento ao Conselho Diretor, que**





elegerá 05 (cinco) membros efetivos e 02 (dois) suplentes, que comporão o novo Conselho, para o quadriênio de 2022-2026, nos termos do art. 24, inciso V, do Estatuto da Entidade. Dando início ao assunto, o Presidente Cloves Carvalho anunciou que, no final deste mês de março, ocorrerá o encerramento dos mandatos dos Membros dos Conselhos Diretor e Fiscal da Gorceix (Gestão 2018-2022). Assim, discorreu sobre os procedimentos adotados para a recomposição dos representantes daqueles Órgãos, nos termos do estatuto da Entidade. Em seguida, passou a Palavra ao Presidente Executivo, Prof. Cristovam Paes de Oliveira, que realizou um breve relato sobre diversos nomes de candidatos que sempre contribuíram e trabalharam, com dedicação, para atender às demandas da Gorceix. Assim apresentou uma proposta preliminar, com 15 (quinze) nomes, como sugestão aos senhores Conselheiros e, em seguida, perguntou aos membros presentes se haveria algumas outras indicações de nomes que viessem a complementar a referida relação. Não havendo manifestação, os Conselheiros Kepler Cavalcante e Paulo Barros Rabelo, propuseram ao Conselho a recondução daqueles que, por disposição estatutária pudessem cumprir mais um mandato e, assim, o Conselho decidiu, por unanimidade, aprovar os nomes de, Armando Maurício Max; Guilherme Lopes Santana; Juvenil Tibúrcio Felix; Roberto Lúcio Nunes de Carvalho e Roberto Prosdocimi Maia, todos eles contemplados na lista sugerida pela Presidência Executiva, como os cinco primeiros a compor a lista de 10 (dez) nomes e, na sequência, o Conselho iniciou o processo de votação nominal aberta, para completar a lista a ser encaminhada ao Conselho Diretor, para os devidos fins, conforme dispositivo específico do Estatuto da Gorceix. Ao final do processo de elaboração, a relação de nomes, em ordem alfabética, ficou assim constituída: Armando Maurício Max; Antenor Rodrigues Barbosa; Denilson da Fonseca Coutinho; Gilberto Carlos Nascimento Azevedo; Guilherme Santana Lopes Gomes; José Augusto da Silva; Juvenil Tibúrcio Felix; Paulo Henrique Abreu Coelho; Roberto Lúcio Nunes de Carvalho e Roberto Prosdocimi. Passando ao próximo item II.2- Nomear ou ratificar a indicação do Presidente Executivo da Fundação, nos termos do art. 24, inciso VIII do Estatuto; De Posse da palavra, o Presidente Executivo recordou aos Membros presentes algumas alterações previstas no Estatuto, para entrar em vigor em 2022, oriundas da última reforma estatutária, fato já de conhecimento dos membros deste Conselho. lembrou que, de acordo com o capítulo XII do Art. 61 do novo estatuto da Entidade, os Conselheiros Curadores que estiverem com seus mandatos finalizados em 2022, serão automaticamente reconduzidos para um mandato especial (tampão) de 02 (dois) anos, permitindo, assim, que todos os membros dos Conselhos da Gorceix, incluídos os Conselhos Diretor e Fiscal, tenham suas renovações em 2024. Assim, foram contemplados com o mandato tampão os membros: Antônio Eymard Rigobello; Geraldo de Oliveira Lopes; Guilherme de Oliveira Estrella; Marconi Tarbes Vianna. Na mesma linha, lembrou, também que, nas Disposições Transitórias do Estatuto da Entidade, no capítulo XII, Art. 62, parágrafo único, que, a partir de agora, o Conselho Diretor passará a ser presidido pelo Presidente Executivo da Fundação. Na ocasião, foram discutidos





vários pontos fundamentais acerca do tema abordado e logo após foi dado prosseguimento ao processo de nomeação do Presidente Executivo da Fundação, nos termos do art. 24, inciso VIII do Estatuto. Com a palavra, o Conselheiro Kepler Cavalcante, propôs a ratificação da indicação do Prof. Cristovam Paes de Oliveira para o referido cargo. Isto posto, o Presidente do Conselho Cloves Carvalho colocou a proposta em votação, sendo aprovada, por unanimidade. Assim, o atual Presidente Executivo, Cristovam Paes de Oliveira, foi mantido no citado cargo e passará a exercer a função de Presidente Executivo do Conselho Diretor, conforme disposto no parágrafo único do artigo 62 do Estatuto da Entidade. Com a palavra, o Presidente do Conselho, Cloves Carvalho, comentou que as adaptações do Estatuto em 2022, irão proporcionar mais segurança, agilidade e, como consequência, melhor governança. Diante do contexto, aproveitou para proferir algumas considerações sobre a relevância de a FG pensar em ações estratégicas voltadas para transferência de conhecimento e/ou processo de sucessão. Destacou a respeito da importância de se implementar um Comitê, para fins de definição de um plano de desenvolvimento de recursos humanos, contendo premissas direcionadas para linha de sucessão organizacional. Em concordância com essa observação, o Presidente Executivo declarou que a administração Gorceix sempre se preocupou em treinar equipes e pessoas que, reconhecidamente, estão habilitadas e capacitadas para eventuais substituições. Dando sequência à reunião, o Presidente Cloves Carvalho teceu algumas considerações preliminares sobre a logística do procedimento de eleição a ser discutido no ITEM III. Assim, diante deste fato, propôs ao Conselho a suspensão da presente sessão, ficando acordado a data de 07 de março, para retomada deste plenário, com pauta relativa ao processo de escolha dos Membros do Conselho Fiscal, para o novo quadriênio e, ainda, outros assuntos de interesse e competência deste Conselho. **REINSTALADOS OS TRABALHOS** da parte final da reunião virtual, aos sete dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e dois e, uma vez constatado o quórum regimental, foi dada a sequência aos trabalhos e registrada a presença dos seguintes membros: Cloves Otávio Nunes de Carvalho (Presidente); Antônio Eymard Rigobello; Claret Rodrigues da Cunha; Kepler Cavalcante Silva, por si e representando, por procuração, José Alberto Naves Cocota Júnior, Marcone Jamilson Freitas; Marconi Tarbes Viana, por si e representando, por procuração Orlando Euler de Castro e Paulo Barros Rabelo. O Presidente Cloves Carvalho declarou a reabertura da sessão iniciada em 03.03.2022, cumprimentando os Conselheiros e demais participantes. Prosseguindo, foi passada a palavra ao Presidente Executivo, Cristovam Paes de Oliveira, que discorreu sobre o processo de eleição realizada pelo Conselho Diretor, em reunião do dia 04.03.2022, data em que foram escolhidos 07 (sete) nomes, dentre os 10 (dez) candidatos indicados pelo Conselho Curador, na sessão do dia 03/03/2020. Assim, anunciou que o Conselho Diretor decidiu, por unanimidade, aprovar a composição para a nova Gestão (2022-2026), os nomes de Armando Maurício Max; Guilherme Santana Lopes Gomes; Juvenil Tibúrcio Felix; Roberto Lúcio Nunes de Carvalho e Roberto Prosdocimi, para membros EFETIVOS e, para SUPLENTEs, Antenor Rodrigues Barbosa e



105 Paulo Henrique Abreu Coelho. Dando continuidade à reunião, passou-se ao último item II.2-  
106 Eleger os membros do Conselho Fiscal, conforme dispõe o art. 24, inciso VII do Estatuto –  
107 Assim, na sequência, o Presidente da Sessão concedeu a palavra ao Superintendente, Prof. Reinaldo  
108 Pinheiro que submeteu à apreciação do Conselho, uma lista contendo os candidatos para escolha do  
109 Conselho Fiscal - Gestão 2022-2026. Após vários comentários e considerações, foi eleito o novo  
110 Conselho Fiscal, com a seguinte composição: Adilson Rodrigues da Costa, André Barros Cota e  
111 Roberto de Assis Nogueira, como membros EFETIVOS e, para SUPLENTE, Denilson da  
112 Fonseca Coutinho, Fernando Antônio Peixoto de Villanova e João Marques Fernandes.  
113 Concluído o processo, o Presidente do Conselho informou que o registro das votações, realizado em  
114 planilhas eletrônicas, seriam impressas e passariam a ser parte integrante desta Ata, como Anexo I.  
115 Por fim, propôs a designação de todos os nomes analisados nesta sessão, inclusive aqueles que  
116 deverão deixar o Conselho Fiscal por término de mandato, para compor o Conselho Consultivo. Esta  
117 proposta, submetida à votação, foi aprovada por unanimidade. Dando sequência à reunião, passou-se  
118 ao último item “OUTROS ASSUNTOS”. Não havendo nenhuma outra manifestação e nada mais a  
119 tratar, o Presidente Cloves declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada a presente ata que, lida e  
120 achada conforme, será assinada pelo Presidente do Conselho Curador e pelos conselheiros abaixo  
121 nominados. Ouro Preto, 07 de março de 2022.

122 Cloves Otávio Nunes de Carvalho (Presidente do Conselho Curador);

123 Claret Rodrigues da Cunha;

124 Kepler Cavalcante Silva.

 **REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS**  
Pça. Tiradentes, 52 – Sl. 02 – Centro – Ouro Preto – MG – CEP: 35.400-000 - Tel.: (31) 3551-7023  
Vanuza de Cássia Arruda – Registradora | E-mail: rtd@douropreto.com.br

**PROTOCOLO Nº 33591 - REG Nº 57 no Livro - A28 - Folha: 274 - AV Nº 354**

12 de Julho de 2022

**PODER JUDICIÁRIO - T.J.MG - CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA**  
Títulos e Documentos - Pessoa Jurídica - Ouro Preto-MG

At(s) praticado(s) por: Edvaldo Félix - Escrevente Substituto

SELO DE CONSULTA: FAL91218

CÓDIGO DE SEGURANÇA: 61623200.6218.3498

Quantidade de atos Praticado(s): 008

Emol: R\$214,02, Recomp: R\$12,88

TFJR\$76,11, Valor Final R\$312,89 - ISSQN: 10,70

Cod Dap: 8101-8-6 / 6201-8-1 / 6901-9-1 / 6418-8-1

Consulte a validade deste selo no site: <https://selos.tjmg.jus.br>





MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## MANIFESTAÇÃO

À DCCL

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios

Em atenção ao despacho(0586861) foram anexados o Estatuto da Fundação Gorceix (0587559) e a Ata (0587564).

Atenciosamente.



Documento assinado eletronicamente por **Marta Conceicao da Paixao S. Araujo Ribeiro** em 14/02/2023, às 15:02, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0587481** e o código CRC **B1050808**.





MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

### CERTIDÃO

Certificamos, para os devidos fins, que procedemos à consulta da situação da empresa contratada, **FUNDAÇÃO GORCEIX**, CNPJ **23.063.118/0001-64**, e de seus respectivos sócios, no que diz respeito à eventual aplicação de sanção administrativa de impedimento ou suspensão do direito de contratar com a Administração Pública (docs anexos - 0587902), não tendo sido encontrados registros neste sentido. Ressaltamos, no que diz respeito a sanções eventualmente aplicadas por este Ministério Público Estadual, que após consulta à publicação relativa a fornecedores sancionados através do link <https://www.mpba.mp.br/area/licitacao/biblioteca/1732>, igualmente não foram encontradas restrições à referida empresa.

Milena Mª Cardoso do Nascimento  
Assistente Técnico-Administrativo  
Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios  
Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações



Documento assinado eletronicamente por **Milena Maria Cardoso do Nascimento** em 14/02/2023, às 16:59, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0586855** e o código CRC **7EDD4C68**.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## DESPACHO

Retorne-se o presente expediente à Assessoria Técnico-Jurídica da Superintendência de Gestão Administrativa com a consulta da situação da empresa contratada, **FUNDAÇÃO GORCEIX**, CNPJ **23.063.118/0001-64**, e de seus respectivos sócios, no que diz respeito à eventual aplicação de sanção administrativa de impedimento ou suspensão do direito de contratar com a Administração Pública (docs 0486512 ), conforme solicitado no despacho jurídico 0579808.

Milena Mª Cardoso do Nascimento  
Assistente Técnico-Administrativo  
Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios  
Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações



Documento assinado eletronicamente por **Milena Maria Cardoso do Nascimento** em 14/02/2023, às 17:02, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0587907** e o código CRC **F0014148**.



## PARECER

PROCEDIMENTO SEI Nº. 19.09.02191.0001578/2023-39

INTERESSADA: FUNDACAO GORCEIX

ASSUNTO: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

**EMENTA:** CONTRATAÇÃO DIRETA. INSCRIÇÃO EM CURSOS E CONGRESSOS. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. ART. 60, INCISO II E § 2º, C/C ART. 23, INCISO VI, DA LEI ESTADUAL Nº 9.433/2005. PELA POSSIBILIDADE JURÍDICA DA CONTRATAÇÃO.

PARECER Nº. 116/2023

## RELATÓRIO

Trata-se de solicitação de autorização para contratação direta, por Inexigibilidade de Licitação, da **FUNDAÇÃO GORCEIX**, inscrita no CNPJ sob o nº 23.063.118/0001-64, visando a **inscrição de 05 (cinco) membros deste Ministério Público no Seminário Nacional de Direito do Patrimônio Cultural**, a ser realizado nos dias 04 e 05 de abril de 2023, na cidade de Ouro Preto-MG. **Atribui-se à despesa o valor total de R\$ 400,00 (quatrocentos reais)**, correspondente às cinco inscrições.

As despesas correrão por conta da Atividade 6271/NUDEPHAC/Patrimônio histórico e cultural-PE 7.3.2/Capacitações, Elemento 33.90.39, cujo saldo orçamentário disponível é de **R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais)**.

Instruem o pedido: formulário de solicitação de inexigibilidade, termo de referência, justificativa para a contratação, proposta comercial, programação do evento, documentos que comprovam a regularidade fiscal e trabalhista da pessoa jurídica a ser contratada, informações orçamentárias, consulta a respeito de eventual aplicação de sanção administrativa de impedimento ou suspensão do direito de contratar com a Administração Pública, além de outros expedientes relativos à avença.

Salienta-se que em momento anterior esta Assessoria Técnico-Jurídica se manifestou pela necessidade de complementação da instrução processual, o que foi observado pela unidade interessada. Especificamente quanto à demonstração da vinculação da Fundação Gorceix com a realização do evento, manifestou-se o interessado conforme doc SEI nº 0586474.

É o breve relatório.

## FUNDAMENTOS JURÍDICOS

Preliminarmente, anote-se que a pretensão administrativa ora tratada visa capacitar os membros deste MPBA quanto ao tema em específico tratado no evento. Neste sentido, a unidade interessada apresenta a seguinte justificativa para a realização da despesa:

“Promover a capacitação dos participantes em diversos temas inerentes às atividades do NUDEPHAC, cujos ensinamentos deverão ser replicados aos Promotores de Justiça da Bahia para sua atuação ministerial voltada à defesa do Patrimônio Cultural do Estado da Bahia do Ministério Público do Estado da Bahia”.

Quanto ao requerimento apresentado, o art. 60, II, e § 2º, da Lei Estadual nº 9.433/2005, dispõe:

Art. 60 – É inexigível a licitação quando caracterizada a inviabilidade de competição, em especial:

(...)

II – para a contratação dos serviços técnicos enumerados no art. 23 desta lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

(...)

§ 2º - Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

O art. 23, VI, da mesma lei, complementa:

Art. 23 – Para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados aqueles que, na forma da legislação específica de exercício profissional, requerem o domínio de uma área delimitada do conhecimento humano e formação além da capacitação profissional comum, tais como:

(...)

VI – treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

No que concerne à hipótese de *treinamento e aperfeiçoamento de pessoal*, a jurisprudência do Tribunal de Contas da União assim estabelece:

As contratações de professores, conferencistas ou instrutores para ministrar cursos de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal enquadram-se na hipótese de inexigibilidade de licitação. Acórdão 1915/2003-Plenário | Relator: ADYLSO MOTA

As contratações de professores, conferencistas ou instrutores para ministrar cursos de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal enquadram-se na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no inciso II do art. 25, combinado com o inciso VI do art. 13 da Lei 8.666/1993. Acórdão 1247/2008-Plenário | Relator: MARCOS BEMQUERER

Outrossim, sobre o objeto da pretensa contratação, manifesta-se a Advocacia-Geral da União:

Orientação Normativa nº 18/2009:

CONTRATA-SE POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO COM FUNDAMENTO NO ART. 25, INC. II, DA LEI Nº 8.666, DE 1993, CONFERENCISTAS PARA MINISTRAR CURSOS PARA TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL, OU A INSCRIÇÃO EM CURSOS ABERTOS, DESDE QUE CARACTERIZADA A SINGULARIDADE DO OBJETO E VERIFICADO TRATAR-SE DE NOTÓRIO ESPECIALISTA

No caso concreto, vislumbra-se a demonstração dos pressupostos da inexigibilidade de licitação elencados pela lei, a saber: a necessidade de um serviço técnico profissional especializado, de natureza singular e prestado por empresa de notória especialização. Trata-se de evento aberto de capacitação, não baseada em métodos padronizados de ensino.

Neste particular, urge mencionar que a necessidade pela contratação decorre do interesse da unidade requerente, de modo que coube a seus técnicos a avaliação minuciosa quanto à pertinência do conteúdo programático do evento com as atividades exercidas no âmbito daquele Núcleo.

Ante a impossibilidade de se estabelecerem critérios objetivos de comparação entre diferentes metodologias e programas de treinamento, dá-se a inviabilidade de competição requerida pela Lei.

Vale destacar, ainda, que, na presente hipótese, trata-se de curso aberto, cujo valor é aplicado uniformemente a todos aqueles que desejem participar do curso, razão pela qual resta justificado o preço.

Por derradeiro, tendo a Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações procedido à consulta acerca de eventual existência de penalidades em face da empresa indicada, nada fora constatado.

Verificando que a hipótese atende aos requisitos legais sobre o tema, **esta Assessoria Jurídica opina pela possibilidade jurídica da contratação, por inexigibilidade de licitação, resguardada a conveniência e oportunidade da Administração.**

É o parecer, s.m.j.

Salvador, data da assinatura eletrônica.

**Belª. Maria Paula Simões Silva**

Assessora/SGA  
Matrícula 355.047

**Belª. Carla Baião Dutra**

Oficial Administrativo II  
Apoio processual ATJ/SGA  
Mat. 355.204



Documento assinado eletronicamente por **Maria Paula Simoes Silva** em 15/02/2023, às 15:29, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



Documento assinado eletronicamente por **CARLA BAIÃO DUTRA** em 15/02/2023, às 15:34, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0588360** e o código CRC **2A08B72F**.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## DESPACHO

Acolho manifestação da Assessoria Técnico-Jurídica pelos fundamentos expostos no Parecer nº 116/2023 e autorizo a Inexigibilidade de Licitação, em favor da **FUNDAÇÃO GORCEIX**, no valor total de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), para inscrição de 05 (cinco) membros deste Ministério Público no Seminário Nacional de Direito do Patrimônio Cultural, a ser realizado nos dias 04 e 05 de abril de 2023, na cidade de Ouro Preto-MG.

Encaminhe-se o presente expediente à DCCL/Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos, Convênios e Licitações para ciência e adoção de providências julgadas necessárias.

**Frederico Welington Silveira Soares**  
**SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA**



Documento assinado eletronicamente por **Frederico Welington Silveira Soares** em 23/02/2023, às 15:12, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0590070** e o código CRC **3118C4A1**.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## DESPACHO

Encaminhe-se o presente expediente ao **CEAMA - Unidade de Execução Orçamentária Administrativa** com a publicação do resumo da Inexigibilidade de Licitação Nº 001/2023 - CEAMA no Diário da Justiça Eletrônico nº 3.280 do dia 27/02/2023 para providências cabíveis, tendo em vista a autorização da despesa pelo Superintendente de Gestão Administrativa (doc 0590070) em 23/02/2023.

No ensejo, ressaltamos a necessidade de, ANTES DE SER EMITIDO O EMPENHO, que seja verificada a validade do orçamento e certidões da empresa selecionada, a fim de evitar a emissão de empenhos para empresa que não esteja em situação regular.

Milena Mª Cardoso do Nascimento  
Assistente Técnico-Administrativo  
Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios  
Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações



Documento assinado eletronicamente por **Milena Maria Cardoso do Nascimento** em 27/02/2023, às 10:25, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0591509** e o código CRC **9B7772AC**.



**SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA****GABINETE**

PORTARIA Nº 52/2023

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais e, considerando o expediente nº 19.09.00855.0016521/2022-41, RESOLVE prorrogar, por mais 30 (trinta) dias, a partir do dia 23/02/2023, o prazo da Comissão de Processo Administrativo, instaurada através da Portaria nº 232/2022, publicada no Diário da Justiça Eletrônico de 27/07/2022.

Superintendência de Gestão Administrativa do Ministério Público do Estado da Bahia, 24 de fevereiro de 2023.

Frederico Wellington Silveira Soares  
Superintendente de Gestão Administrativa

PORTARIA Nº 53/2023

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO a necessidade de dar efetivo cumprimento ao disposto no Ato Normativo nº 02/2023,

**RESOLVE**

Art. 1º Estabelecer, para conhecimento público, a escala dos servidores que, por motivo de necessidades extras no Plantão Integrado do Carnaval 2023, foram convocados pelo Coordenador do referido Plantão, entre os dias 16 e 22 de fevereiro de 2023,

SERVIDORES CONVOCADOS		PERÍODO DO PLANTÃO
NOME	MATRÍCULA	
Antônio Sampaio dos Santos Junior	353.691	16 a 22/02/2023
Gabriela Nascimento Gonçalves	352.636	18, 19, 20 e 22/02/2023
Lucas de Jesus Santos	351.862	20 e 21/02/2023
Renata Ferrari Braga Lírio	353.699	17 a 22/02/2023

Art. 2º A Diretoria de Gestão de Pessoas adotará as medidas cabíveis para implementação e fiel execução deste ato.

Superintendência de Gestão Administrativa do Ministério Público do Estado da Bahia, em 24 de fevereiro de 2023.

Frederico Wellington Silveira Soares  
Superintendente de Gestão Administrativa

**DIRETORIA DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E LICITAÇÕES**

AUTORIZAÇÃO PARA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2023 - CEAMA. Processo SEI: 19.09.02191.0001578/2023-39. Parecer Jurídico: 116/2023. Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e Fundação Gorceix, CNPJ nº 23.063.118/0001-64. Objeto: inscrição de 05 (cinco) membros deste Ministério Público no Seminário Nacional de Direito do Patrimônio Cultural, a ser realizado nos dias 04 e 05 de abril de 2023, na cidade de Ouro Preto-MG. Valor: R\$ 400,00 (quatrocentos reais). Dotação Orçamentária: Unidade Orçamentária/Gestora: 40.101.0009 - Ação (P/A/OE) 6271 - Região 9900 - Destinação de Recursos 100 - Natureza de Despesa 33.90.39. Fundamento legal: Art. 60, II, e § 2º, c/c art. 23, INCISO VI, Lei Estadual/BA nº 9.433/2005.

RESUMO DO TERMO DE RERRATIFICAÇÃO AO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 180/2022-SGA. Processo SEI nº 19.09.02677.0030239/2022-20. Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e a empresa Localiza Veículos Especiais S/A, CNPJ nº 02.491.558/0001-42. Objeto da rerratificação: alterar, em razão de erro material, as informações relativas ao CNPJ da empresa CONTRATADA constantes do preâmbulo do ajuste celebrado entre as partes; bem como o valor indicado numericamente na cláusula terceira, para que passe a constar o seguinte: No preâmbulo do contrato, onde se lê 02.491.558/0001-41, leia-se 02.491.558/0001-42 e na cláusula terceira do contrato, tópico 3.1, onde se lê R\$ 2.172.00,00 (dois milhões, cento e setenta e dois mil reais), leia-se R\$ 2.172.000,00 (dois milhões, cento e setenta e dois mil reais).

**PROCURADORIAS E PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DA CAPITAL****2ª E 3ª PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE DIREITOS HUMANOS**

Edital nº 177/2023 – INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO  
ORIGEM: 2ª Promotoria de Justiça de Direitos Humanos/ 3º Promotor de Justiça  
PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO IDEA Nº 003.9.532848/2022

Tipo de ato: Instauração de Procedimento Administrativo.

Objeto: apurar situação envolvendo ILPI, que supostamente abriga de forma irregular pessoas não idosas com deficiência.

Data da instauração: 10/02/2023.

ROBERTO DE ALMEIDA BORGES GOMES

02ª Promotoria de Justiça de Direitos Humanos - 03º Promotor de Justiça



<b>EMP</b>	<b>NOTA DE EMPENHO</b>	<b>40101.0009.23.0000010-9</b>
<b>Nº Pedido (PED):</b> 40101.0009.23.0000011-8		<b>Data de Emissão:</b> 27/02/2023
<b>Nº Pedido (PAD):</b> *** **		
<b>Data de criação do doctº:</b> 27/02/2023		<b>Nº Instrumento:</b> 40101.0009.23.0000001-1
<b>Unidade Orçamentária:</b> 40101 - Superintendência de Gestão Administrativa		<b>Unidade Gestora:</b> 0009 - Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça do Meio Ambiente - MP
<b>Projeto/Atividade:</b> 6271 - Atuação Ministerial na Defesa e Proteção do Meio Ambiente		<b>Recurso:</b> Normal
<b>Modalidade de Licitação:</b> Inexigibilidade - art. 60		<b>Tipo de Empenho:</b> Ordinário
<b>Subfonte - Convênio Federal:</b>		<b>Nº Referência Licitação:</b> 4010100092300000013
<b>Nº IC - Convênio Federal:</b> *****		<b>Motivo</b> <b>Dispensa/Inexigibilidade</b> <b>licitação</b> Lei 9.433/05, art. 60, inc.II
<b>Restos a Pagar</b> Não		<b>Transferido - Restos a Pagar</b> Não
<b>Nº Processo/Exercício Processo:</b> 4665/2023		<b>Nº Processo - SEI:</b> **** **

<b>DADOS DO CREDOR</b>	
<b>Código:</b> 2023.02203-1	
<b>Nome:</b> Fundação Gorceix	
<b>Endereço:</b> Rua Carlos Walter Marinho Campos,, 57	
<b>Bairro:</b> Vila Itacolomy	<b>Município:</b> Ouro Preto
<b>CEP:</b> 35.400-000	<b>UF:</b> MG
<b>CPF/ CNPJ/ IG:</b> 23.063.118/0001-64	<b>Insc. Estadual:</b> *** **
<b>RG:</b> *** **	

<b>DEMONSTRATIVO DA RESERVA DE EMPENHO</b>	
<b>Dotação Orçamentária:</b> 40101.0009.03.091.324.6271.9900.339039000.15000100000000000000.1	
<b>Valor Total do Empenho (R\$):</b> *** 400,00	<b>Valor por Extenso:</b> QUATROCENTOS REAIS *** **
<b>Histórico:</b> Empenho do PED Nº 40101.0009.23.0000011-8 Inscrições de participantes no Seminário: 2Seminário Nacional de Direito do Patrimônio Cultural, a ser realizado nos dias 04 e 05 de abril de 2023, na cidade de Ouro Preto-MG. Sei Original:19.09.02191.0001578/2023-39. SEI Pagamento: 19.09.02191.0004665/2023-17.PE: 7.3.2. Atividade:Capacitações.	
<b>Data de Autorização da Despesa:</b> 27/02/2023	<b>Ordenador de Despesa:</b> Yuri Lopes De Mello
<div>Yuri Lopes De Mello Ordenador de Despesa</div>	
<b>Observações:</b> Situação do EMP: Empenho (EMP) normal	